

85
ANOS

**SE
ESP**

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO

UMA HISTÓRIA DE TRABALHO E CONQUISTAS





SE *SINDICATO DOS ENGENHEIROS*
ESP *NO ESTADO DE SÃO PAULO*

BB EDITORA
1ª EDIÇÃO



SÃO PAULO - 2019

DIAMANTE



sabesp



OURO



CTEEP

PRATA





PREFÁCIO

HISTÓRIA VITORIOSA, FUTURO PROMISSOR

MURILO PINHEIRO
Presidente

Defender os legítimos interesses dos engenheiros e a valorização do profissional, trabalhar incansavelmente para servir bem à categoria e lutar pelo crescimento econômico, com democracia, preservação ambiental e distribuição de renda. Essa tem sido a agenda do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP), que chega aos seus 85 anos de vida. Uma trajetória repleta de desafios, porém marcada pelo crescimento e fortalecimento constantes.

Hoje, a instituição representa mais de 200 mil profissionais em todo o estado, negocia junto a cerca de 50 empresas e entidades patronais para firmar normas coletivas que beneficiam mais de 100 mil engenheiros e possui aproximadamente 60 mil associados. Esses últimos contam com uma estrutura de atendimento que oferece, além de uma equipe qualificada, a sede na cidade de São Paulo e mais 25 Delegacias Sindicais, das quais 16 instaladas em imóveis próprios, um esforço de enraizamento do SEESP no interior. Ainda, os filiados têm acesso a um programa de benefícios e serviços em permanente aprimoramento.

A entidade, que representa uma categoria essencial e imprescindível ao desenvolvimento, fez a opção de somar à representação coletiva e à prestação de serviços aos associados a inserção qualificada no debate sobre o Estado de São Paulo e o País. Assim, participa ativamente das discussões pertinentes à engenharia, incluindo ciência, tecnologia e inovação, energia, telecomunicações, habitação, saneamento, meio ambiente, segurança do trabalho, entre tantas outras.

Essas contribuições, que são possíveis graças ao empenho dos nossos dirigentes e membros do nosso

Conselho Tecnológico que emprestam seu saber à busca de melhores condições de vida à população brasileira, são também patrimônio inestimável da história do SEESP, um sindicato que há muito se define como cidadão.

Seguidora de uma tradição estabelecida nesse sentido, especialmente a partir do movimento de renovação dos anos 1980, a entidade, ao adentrar o século XXI, reforçou essa vocação. Engajada com grande protagonismo ao projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), elaborou e debateu propostas factíveis para assegurar o salto necessário ao País para que esse supere suas mazelas, ainda lamentavelmente presentes, e torne-se uma nação próspera, justa e soberana.

No final desta segunda década dos anos 2000, são inegáveis as dificuldades, tendo em vista uma grave crise econômica que já se arrasta há anos, afastando sempre o horizonte de dias melhores. Pois é nesse momento que o SEESP reafirma seu compromisso com os engenheiros e o conjunto da sociedade brasileira de manter de forma determinada o empenho para transformar essa realidade. Nossa caminhada vitoriosa, tudo que se construiu e se aprendeu até aqui e a disposição inabalável de trabalho nos levarão a superar esse quadro.

Nas páginas a seguir deste belo livro comemorativo aos 85 anos que temos a alegria e a honra de apresentar, é possível conhecer um pouco da história do nosso sindicato e compreender a coragem e o otimismo que nos guiam.

Sigamos juntos!

1 NASCE O
SEESP
PG.09

2 CONSOLIDAÇÃO E
AVANÇOS
PG.27

3 AS CONTRIBUIÇÕES
AO BRASIL
PG.61

4 O FUTURO
PG.83

5 DEPOIMENTOS
PG.91

6 ANEXOS
PG.117

7 FICHAS
TÉCNICAS
PG.135

SUMÁRIO



NASCE O SEESP

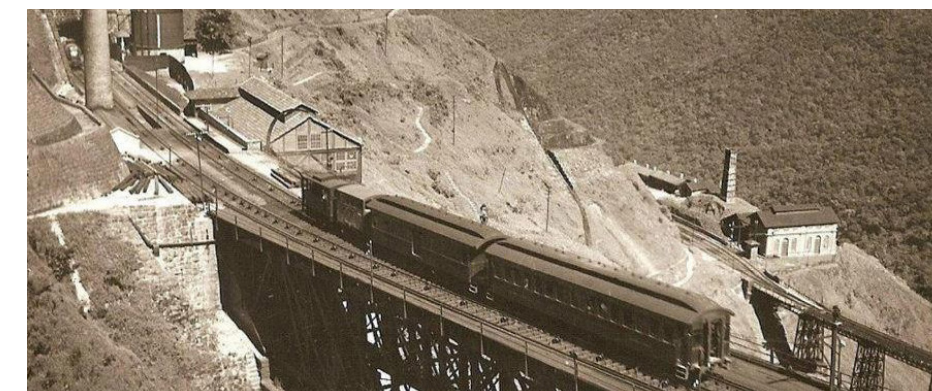
CAPÍTULO

A construção de um sindicato forte, representativo, ativo e benéfico a um segmento de atuação é um trabalho árduo, constante e cheio de desafios. A trajetória do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP) representa bem todas essas características. Fundado para congregar profissionais que são indispensáveis, o SEESP possui uma rica história de conquistas e a ele estão ligados nomes de grande expressão na engenharia nacional.

Para compreender como surge essa instituição é preciso recordar como a engenharia passou a fazer parte da rotina do estado de São Paulo. O ponto de inflexão para a profissão é o desenvolvimento da cultura do café no estado. É fato conhecido que esse fruto mudou as perspectivas do País e, rapidamente, se tornou a principal atividade econômica do Brasil. Essa cultura, que se desenvolveu entre o final do século XIX e começo do século XX, foi “profissionalizada” conforme a necessidade e crescimento de produção.

Cada vez mais fazendeiros precisavam de maquinário, funcionários, espaço para armazenamento, embalagens/ensacamento, navegação e comercialização. Era uma verdadeira cadeia econômica que girava ao redor das fazendas de café. Claro que, no meio de tudo isso, havia um ponto fundamental para que o negócio desse certo: o transporte dessa carga. Diante do desafio, os governantes de outrora tiveram que pensar em como resolver essa demanda e a solução que tinha o melhor custo-benefício era o transporte feito via férrea.

As estradas de ferro Santos-Jundiaí (1867), Companhia Paulista (1872), Ituana (1873), Sorocabana, Mogiana, São Paulo-Rio de Janeiro (1875) e Noroeste Brasil (1905) são exemplos de empreendimentos que, em 38 anos, mudaram a maneira de se transportar o café. A maioria dos grãos era enviada para o Porto de Santos, instituição que opera desde o século XVI e que também foi modernizada para receber essa matéria-prima.



Registro da São Paulo Railway, na região de Paranapiacaba, em um cartão-postal sem data.

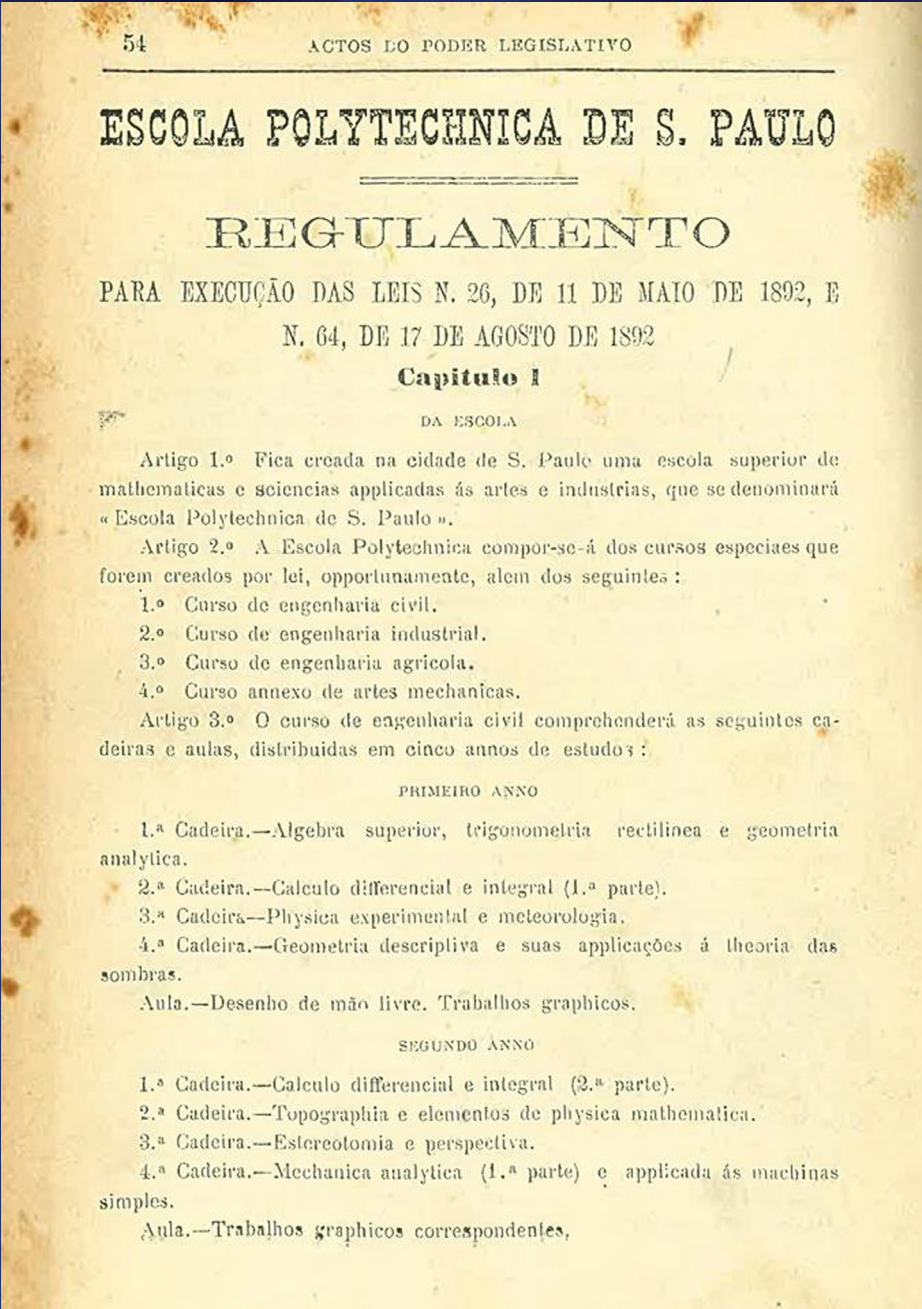


A grande questão é que, mais do que em qualquer outro recorte da história nacional, foi preciso investir em infraestrutura e buscar profissionais que soubessem como conduzir esses investimentos. Na época do café, especificamente, essa fonte de dinheiro vinha dos banqueiros ingleses ou de empresários bem-sucedidos do Brasil que, diante da necessidade, recorreram aos engenheiros para gerenciar a implantação dessas estruturas.

Esse movimento pode ser sentido em outros pontos que também se desenvolveram entre 1867 e 1905, como a modernização já citada do Porto de Santos, ocorrida em 1892 e o começo das primeiras usinas hidrelétricas do País, datadas de 1899.

Diante desse cenário de pleno desenvolvimento do estado de São Paulo, na boleia do café, surge a primeira escola de engenharia de São Paulo, a Escola Politécnica, criada pelas leis estaduais nº 26 e nº 64, em 1892¹. Essa teve suas atividades integradas à Universidade de São Paulo (USP), em 1934, oferecendo aulas de Engenharia Industrial, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil e o Curso Anexo de Artes Mecânicas. Outra importante escola de engenharia do estado, a do Mackenzie, surgiu quatro anos depois da Poli, em 1896².

1- <https://www.poli.usp.br/a-poli/historia-da-poli/512-historia-da-poli.html>
2- <https://www.mackenzie.br/universidade/unidades-academicas/ee/>



Regulamento da Poli, publicado em 1892 e Edifício da Escola Politécnica - S.d.

Os anos subsequentes, entre 1896 e a década de 30, ficaram marcados por diversas inovações em São Paulo movidas, claro, pelo poder financeiro do café. Uma das obras de maior destaque no estado foi o Edifício Sampaio Moreira, empreendimento que resiste até os dias de hoje, no centro da cidade de São Paulo, e é considerado o primeiro arranha-céu da metrópole, inaugurado em 1924. Cinco anos depois, em 1929, outro colosso e cartão-postal foi entregue à paisagem da cidade: o Martinelli, construído pelo imigrante italiano Giuseppe Martinelli, que não só era o proprietário da obra, mas que também trabalhou como pedreiro em algumas fases da construção³.



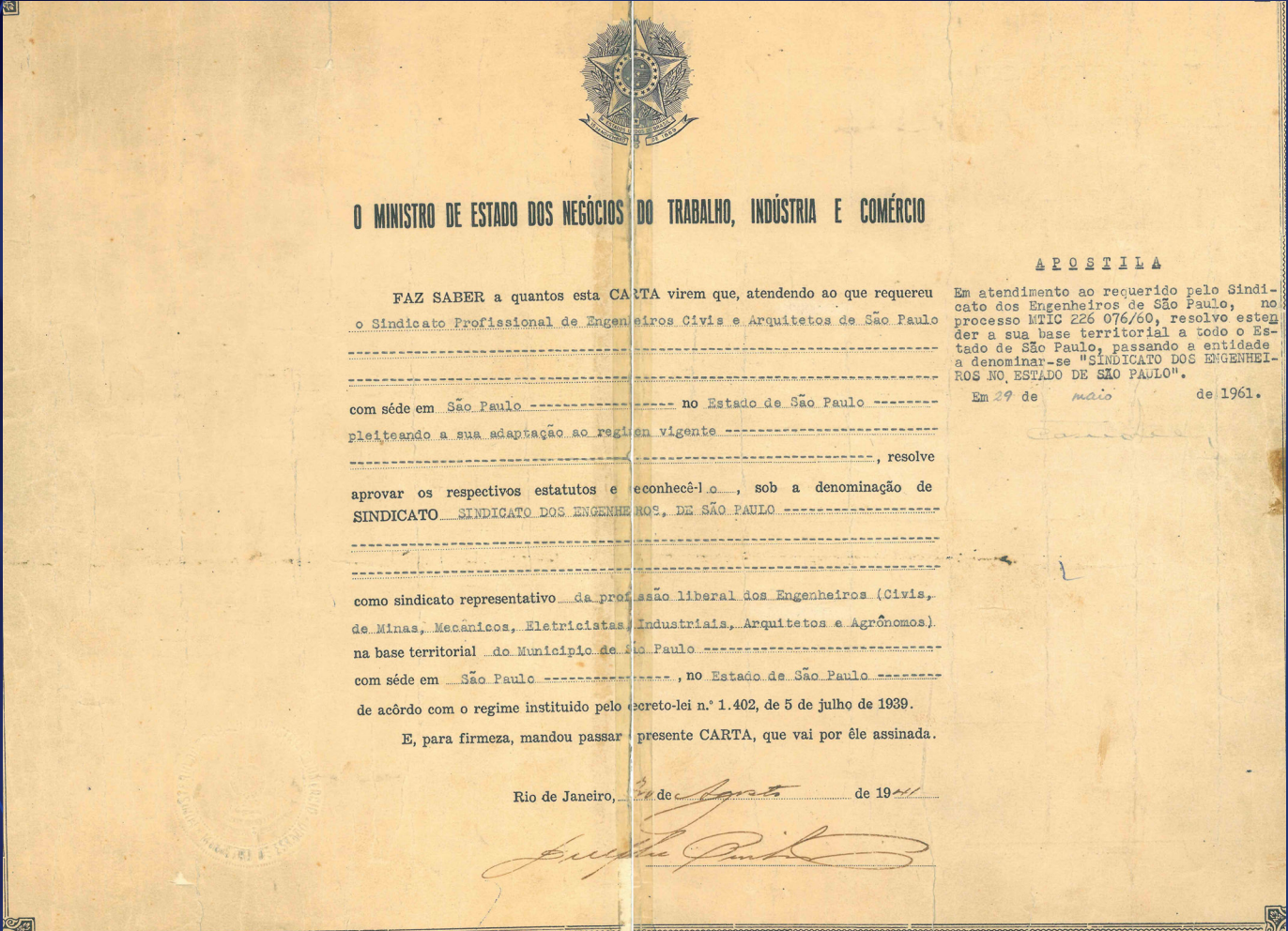
Vista aérea do Martinelli em 1929.

Apesar desses grandes desafios, tanto para engenheiros como para construtores, a profissão passou a ganhar mais destaque a partir da década de 1930, quando a industrialização se desenvolveu em ritmo acelerado. A partir do desenvolvimento industrial da cidade, os engenheiros passaram a ser mais requisitados do que nunca. Esses profissionais, que eram poucos até então, passaram a se tornar referência na sociedade e, portanto, a se organizar.

O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DA ÉPOCA E O SEESP

Os anos 1930 foram extremamente movimentados para o estado de São Paulo. Além da já citada industrialização, o estado ainda foi pioneiro na briga contra Getúlio Vargas que ocorreu no ano de 1932. Essa revolta, que tem seu embrião na ruptura da política do café com leite e com a insatisfação de São Paulo com Vargas, acabou mexendo com a sociedade do estado.

Nesse contexto de mudanças, surge o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo em 21 de setembro de 1934 com a denominação de “Syndicato Profissional dos Engenheiros Civis e Architectos de São Paulo”, com a intenção de ser um representante classista perante o Congresso.



Registro da carta sindical do SEESP datada de 1941.



A ideia de consolidação de um sindicato, aliás, era fruto de uma regra na Constituição de 1934 que, no seu segundo capítulo, dizia o seguinte:

- §3º Os deputados das profissões serão eleitos na forma da lei ordinária por sufrágio indireto das associações profissionais compreendidas para esse efeito, e com os grupos afins respectivos, nas quatro divisões seguintes: lavoura e pecuária, indústria; comércio e transportes; profissionais liberais e funcionários públicos⁴.

A expectativa da jovem entidade era conseguir a indicação de Ranulpho Pinheiro Lima, engenheiro que trabalharia na organização e defesa dos interesses da categoria. Desde sua fundação, o SEESP sempre foi um sindicato de trabalhadores. A ideia da entidade é a de representar os engenheiros das mais variadas atuações, buscando deixar a engenharia paulista forte e bem representada.

A ESTRUTURA INICIAL DO SINDICATO, AS DUAS DITADURAS E A RETOMADA

Com o SEESP fundado, foi preciso definir uma linha de atuação e eleger a primeira diretoria da entidade. A honra coube ao engenheiro Francisco Teixeira da Silva Telles, profissional que fora formado pelo Instituto de Engenharia em 1909 e nome importantíssimo na engenharia nacional, afinal, trabalhara em obras como a Biblioteca Mário de Andrade, construção do túnel na Avenida 9 de Julho sob a Avenida Paulista e em várias outras intervenções importantes.



O primeiro presidente do SEESP: Francisco Teixeira da Silva Telles (1934-1952).



Apesar do prestígio da categoria, os primeiros anos de vida do sindicato foram de poucas iniciativas, especialmente devido às limitações causadas pelo regime ditatorial durante o Estado Novo, estabelecido por Getúlio Vargas.

Dessa forma, os primeiros presidentes do sindicato: Francisco Teixeira da Silva Telles (1934-1952), Mario Freire (1952-1954), Christiano Carneiro Ribeiro da Luz Jr. (1954-1956), Luiz Lins de Vasconcellos Neto (1956-1960) e Cyro Peixoto Santos (1960-1980), foram “limitados” por fatores externos que estavam além de seus alcances.

Depois de um intervalo democrático, entre 1946 e 1964, o golpe civil-militar agravou as dificuldades de atuação da entidade. Em junho daquele ano, o governo chegou a intervir em 270 organizações de trabalhadores e, claro, com o clima de hostilidade e medo, as mobilizações populares coletivas minguaram no cenário brasileiro.



Tanques em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em abril de 1964.

Além de cercear o sindicalismo, o regime militar ainda agiu de maneira bastante autoritária em vários segmentos que afetavam, diretamente, a organização dos trabalhadores. Exemplo disso são: a Lei da Greve, que exigia autorização prévia à paralisação, sob pena de suspensão ou demissão sem indenização; e o Decreto-Lei nº 5.451 e a Lei nº 4.725, de 1965, que praticamente impediam os trabalhadores de conseguirem aumentos salariais, cabendo ao Estado analisar os reajustes anuais.

Com a chegada dos anos 1970, o cenário começou a mudar de maneira gradual, mas significativa. Se a primeira metade da década fora de movimentos periféricos, com a vida acadêmica retomando suas atividades, a segunda se concentrou em movimentos mais densos dentro do sindicalismo brasileiro e, claro, o SEESP se fazia presente nessa questão.

Um dos fatos mais relevantes dessa época foi a admissão, por parte do governo, de que em 1973 e 1974, os dados utilizados no cálculo do reajuste salarial foram manipulados, resultando em um decréscimo no poder de compra dos brasileiros, além da perda real do salário em relação às necessidades de cada um. Esse era um dos sinais da decadência do modelo econômico adotado pelo regime militar brasileiro. Era o recomeço da vida sindical no setor.

Apesar de todas as movimentações precisarem de autorização prévia do Ministério do Trabalho, o SEESP conseguiu atuar de maneira bastante segura, adquirindo duas salas em um prédio da Rua Santo Amaro, localizada no centro da cidade de São Paulo, onde funcionavam um consultório médico e um odontológico, ambos voltados para os engenheiros filiados à entidade.

Vale dizer que, para que tudo estivesse “de acordo com as regras”, o SEESP precisou atestar, diante das autoridades ministeriais, que as salas não seriam utilizadas para os chamados “fins subversivos”.

No ano de 1976, ainda em meio ao regime militar, uma importantíssima conquista foi alcançada: o SEESP conseguiu indicar um representante para o Conselho Consultivo da Companhia Energética de São Paulo (CESP). Em 1977, mais um passo dado: o primeiro dissídio coletivo, feito junto ao Sindicato



Sindicato reivindica melhores condições aos engenheiros da CESP.



dos Bancos, foi consolidado, 43 anos após sua fundação. Um momento histórico para o sindicato! Entretanto, toda essa alegria acabou ainda na década de 1970, quando o modelo econômico adotado começou a dar mostras de queda. O famoso “milagre econômico” mostrava-se insustentável e, como em todo momento de crise, o governo passou a cortar investimentos e os setores que mais sofreram com essas medidas foram as obras de infraestrutura e a atividade produtiva. Como resultado dessas políticas, os trabalhadores foram os que mais sofreram, com o arrocho salarial e os índices de desemprego em alta.

Claro que esses resultados péssimos da economia nacional, aliados à dificuldade de um sindicato em realizar greves, reivindicar melhorias e organizar os trabalhadores, trouxeram um grande descontentamento aos engenheiros.

Esse sentimento foi expressado sob a liderança de diversos jovens engenheiros que, naquela década, retomaram a atividade acadêmica do setor. Essa revitalização das iniciativas universitárias se tornaria a base da nova fase do sindicato. Duas gerações que viveram sob ditaduras, do Estado Novo e da civil-militar, teriam que se organizar para buscar atender de maneira intensa as necessidades dos engenheiros de São Paulo.

Esse encontro de gerações, que era uma grande e intensa troca de experiências, acontecia na recente entidade formada por 400 engenheiros, o Centro de Estudos de Tecnologia e Engenharia (CETE) e nas salas do Instituto de Engenharia onde ficou decidido que era preciso oxigenar a atividade sindical dos engenheiros. Criou-se um movimento de sindicalização que conquistou e associou novos 1.500 engenheiros nas empresas estatais e de consultoria de engenharia acompanhando o renascimento do movimento sindical nas áreas industriais do ABC e de São Paulo. Dessa forma, a perspectiva de se formar uma chapa para concorrer ao pleito foi ganhando contornos e valores.

Os novos engenheiros, irmanados com os mais maduros, sabendo que precisariam de um nome de peso para vencer a chapa da situação, que representava 20 anos de continuidade no SEESP, decidiram convidar Horácio Ortiz, um politécnico que era também deputado federal pela oposição por São Paulo. Com o nome Oposição e Renovação, a chapa vinha com um sentimento completamente modificado, saindo do assistencialismo e evoluindo para o sindicalismo ativo.

Todo o planejamento, conversa e deliberações foram extremamente proveitosos e, em maio de 1980, quando as urnas foram abertas, a nova chapa conseguiu uma vitória impactante e histórica por 2/3 dos votos, fato que mudaria para sempre a atuação e a direção do SEESP e do movimento dos engenheiros em todo o País.



CONSOLIDAÇÃO E AVANÇOS

CAPÍTULO

2



Com a eleição da nova diretoria, muita coisa mudou na trajetória do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP). A revitalização da entidade foi natural, assim como o surgimento de alguns desafios no início da gestão. Eram profissionais muito jovens que, agora, tinham uma grande responsabilidade sobre seus ombros: ampliar a credibilidade do sindicato, lutar pelos interesses da categoria e auxiliar no processo de redemocratização do País.

E as frentes de trabalho foram diversificadas para, no menor espaço de tempo, conseguir atender às demandas. A busca por novos sindicalizados, por exemplo, foi um fator fundamental para manter o SEESP vivo e ativo. O trabalho para entrar nas empresas, conhecer os engenheiros, eleger um delegado sindical e, com isso, ir convencendo aos poucos os profissionais a entrarem para o movimento foi árduo, sendo necessário, muitas vezes, conversar com um por um, falar dos novos planos, das ideias e convidar o profissional a participar.

Um ponto de grande interesse e que foi abordado de imediato pela nova diretoria foi o cumprimento do salário mínimo profissional, que muitas empresas não seguiam. Essa legislação havia sido aprovada em 1966, através da Lei nº 4.950-A, abrangendo a área dos engenheiros, arquitetos, agrônomos e químicos. O valor fixado por lei foi o equivalente a seis salários mínimos por seis horas de trabalho e, caso a jornada fosse de oito horas, o valor correto seria de 8,5 salários (passando a nove a partir da Constituição de 1988, com as alterações feitas no cálculo das horas extras). A luta por essa reivindicação, aliás, se tornaria marca registrada do SEESP durante toda sua história.

O ano de 1980 gerou outros importantes acontecimentos para o segmento da engenharia brasileira. Em dezembro, aconteceu o primeiro encontro nacional dos sindicatos de engenheiros durante o regime ditatorial. Na cidade de Gramado (RS), cerca de 100 engenheiros, que representavam 11 sindicatos de todo o Brasil, se reuniram para o I Encontro Nacional de Sindicatos de Engenheiros (ENSE), promovido pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE).



Nesse evento um importante documento foi aprovado, a chamada Carta de Gramado, que destacava diversos pontos relativos à sociedade brasileira, tais como mudanças na política econômica do governo, a defesa da ciência e da tecnologia nacional, pleiteando a volta das liberdades democráticas, o Estado de Direito Democrático e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Vale destacar os seguintes trechos: *“Nós, representantes dos sindicatos da categoria dos engenheiros, agrônomos e geólogos de todo o Brasil, reunidos em Gramado (RS) nos dias 9 e 10 de dezembro de 1980, sob a coordenação da Federação Nacional dos Engenheiros, viemos a público expor nossa preocupação com o grave momento por que passa o País.*

Frente a uma dívida externa e a uma inflação sem precedentes em nossa história, frente a uma política de recessão e a um modelo econômico de caráter nitidamente antidemocrático e antinacional, frente ao crescente desemprego e aos baixos salários que impõem desnecessárias privações à população, temos o dever de assumir posições inequívocas.

(...)

Nesse contexto, destacamos a importância das entidades sindicais no processo de condição das reivindicações específicas de nossa categoria e das lutas gerais dos trabalhadores. O que nos leva a propor maior aproximação com entidades representativas de outros segmentos de assalariados.

(...)

Exigirmos o respeito ao salário mínimo profissional dos engenheiros, já definido em lei, e reivindicamos a liberdade de realizar convenções coletivas de trabalho sem a interferência do Estado”.

INTERIORIZAÇÃO

Os anos 80 foram movimentados para o SEESP. Mas era só o começo de uma verdadeira revolução para o sindicalismo do setor. Após a gestão inicial do engenheiro Horácio Ortiz, repleta de avanços e convencimento da classe sobre a importância do sindicalismo, foi a vez de Antonio Octaviano assumir a presidência do sindicato, isso já no ano de 1983.

Essa gestão foi importante, principalmente, para a interiorização do SEESP, com a abertura de delegacias sindicais em várias cidades. Esse processo ganharia impulso depois e se tornaria um dos grandes destaques do sindicato. Atualmente são 25 delegacias, em várias regiões, após um processo complexo e muito bem planejado, tendo em vista a necessidade de atender aos engenheiros de todo o estado de São Paulo.

O marco da interiorização e do processo de enraizamento do SEESP nas várias regiões deu-se com a primeira delegacia sindical, criada em 1970, em Campinas. O objetivo desse esforço era aproximar a entidade da categoria e conhecer as diversas realidades enfrentadas pelos profissionais para poder representá-los adequadamente.



O teor da carta, como é possível perceber, faz alusão à importância das atividades sindicais e da proteção dos trabalhadores. O sindicato também inovou em suas relações com o movimento sindical e no ano seguinte, em agosto de 1981, participou da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), que aconteceu no litoral de São Paulo, na Praia Grande. O SEESP discutiu e levou através de uma delegação eleita numerosa de engenheiros, sete teses importantes, na questão dos transportes públicos (pela primeira vez aparece a proposta do bilhete único), na defesa de uma política nacional de ciência, tecnologia, indústria, entre outras. O evento marcou o primeiro encontro, desde o golpe de 1964, dos trabalhadores para discutir os rumos do País e a redemocratização.

E, como não poderia deixar de ser, o SEESP participou de maneira bastante intensa, inclusive propondo diversos pontos de discussão, como: um planejamento para a política energética, um transporte eficaz e com ligação intermodal, incentivos à tecnologia nacional, luta contra o desemprego e várias outras ideias.



CAMPANHAS SALARIAIS E REPRESENTAÇÃO

Ponto fundamental dessa nova fase da vida do sindicato foi iniciar a defesa dos engenheiros como trabalhadores. Começou então o esforço para representar a categoria nas negociações coletivas junto às empresas.

Para obter sucesso na empreitada, foi necessário continuar o trabalho prévio de sindicalização e mostrar aos engenheiros a força que teriam ao se unirem em torno da entidade que efetivamente os representava. Pouco a pouco, o SEESP assumiu o protagonismo necessário para lutar pelos direitos dos engenheiros e buscar novas conquistas.

A eleição dos delegados sindicais, fundamentais para que os profissionais tenham suas demandas levadas em consideração e atendidas, integrou o mesmo processo de conquista de credibilidade junto à categoria e reconhecimento pelas empresas.



Sindicato representando o setor em várias ocasiões.



CONSTITUIÇÃO E C&T

A gestão seguinte do SEESP, compreendida entre 1986 e 1989, foi de fundamental importância para o setor de engenharia do estado de São Paulo, além de ter se situado entre o governo de José Sarney, primeiro mandatário pós-ditadura, e a eleição direta para presidente. Também foi o momento de lutar por uma nova Constituição, especialmente entre os anos de 1986 e 1988.

Durante esse período, o sindicato foi guiado por Allen Habert, que batalhou para realizar ações em várias searas, apesar das dificuldades ainda existentes no final da ditadura, já que os sindicatos ainda não tinham autonomia plena sobre suas atividades. Não era incomum que qualquer atividade não autorizada resultasse na convocação para comparecer ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops) para fornecer explicações.

Nessa época, o SEESP, mais que lutar pelas necessidades da categoria, atuou em prol da democracia brasileira e se articulou com o conjunto da sociedade em torno do processo da Assembleia Nacional Constituinte.

Junto à Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) foi feita uma articulação para buscar espaço para ciência e tecnologia na futura Carta Magna que o Brasil debatia intensamente. O esforço foi intenso, mas foi recompensado, com a aprovação dos artigos 218 e 219 da Constituição Federal, voltados a esses temas.

Esse trabalho foi importantíssimo, afinal, nos anos subsequentes, as constituintes estaduais e municipais seriam consolidadas e, assim, os investimentos em ciência e tecnologia seriam pulverizados por todo o Brasil. Em São Paulo, houve contribuição decisiva do SEESP, cujo trabalho foi fundamental para dobrar o investimento na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Na ocasião, a fundação recebia 0,5% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e, após as deliberações, acabou ficando com 1%.

O ano de 1987 também ficaria marcado por um acontecimento histórico para o sindicato e para toda a engenharia do estado de São Paulo: a criação do Conselho Tecnológico do SEESP, que buscava levar o tema para além da atividade sindical e, assim, interagir e compreender as demandas e necessidades de outros setores da sociedade.

Função importante desse colegiado é a premiação Personalidade de Tecnologia, instituída ainda em 1987 e que já chegou à sua 32ª edição. A homenagem é feita a profissionais de destaque na celebração do Dia do Engenheiro comemorado em 11 de dezembro.

Pouco tempo depois, já em 1989, outro tema passou a fazer parte das bandeiras defendidas pelo SEESP: a requalificação profissional. Para tanto, foi pleiteado, junto às empresas, 12 dias úteis por ano para que os engenheiros pudessem se dedicar ao aprimoramento de sua formação.



O CASO BRASPETRO E OS ANOS 90

No ano de 1989 um curioso e terrível caso aconteceu com três engenheiros brasileiros que trabalhavam na Colômbia para a Braspetro, subsidiária da Petrobras. Na ocasião, esses profissionais foram sequestrados pelo Exército de Libertação Nacional (ELN). Os representantes dessa guerrilha queriam conversar com o movimento sindical brasileiro e, o SEESP, na figura de seu então presidente, Allen Habert, foi à Colômbia para atuar pela libertação, o que aconteceu após várias negociações, com o auxílio da Central de Trabalhadores Colombianos. Esse acontecimento demonstrou o comprometimento do movimento sindical com seus profissionais e a importância da organização.

Após este período foi a vez do engenheiro Rutênio Gurgel Bastos, falecido em 13 de outubro de 2005, presidir o sindicato. Sob sua gestão, nasceu a diretoria adjunta de engenharia de segurança do trabalho e o conselho representativo das entidades de segurança do trabalho, o que resultou na criação de iniciativas promissoras como o Teleacidente, um serviço em convênio com o Ministério Público e a Secretaria do Trabalho. O profissional ficou à frente do sindicato até 1992.

Os anos 90 ficariam marcados no Brasil pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, pela implantação do Plano Real e pelo avanço das privatizações. Por essa época, sob a presidência de Esdras Magalhães dos Santos Filho, o SEESP também precisou se reestruturar para poder continuar seu trabalho de sindicalização, negociações e lutas.



A construção da nova sede, em 1995.

Ponto fundamental nesse esforço foi projetar um novo prédio para a sede da entidade em São Paulo, construído ao lado da edificação em que a instituição funcionava. O período também ajudou muito o sindicato a organizar sua atuação. Após muito tempo, o SEESP teve a oportunidade e a possibilidade de profissionalizar a atuação sindical, fazendo com que as campanhas salariais, por exemplo, fossem mais bem organizadas.

Em conversas com o Sindicato da Indústria da Construção Civil (SindusCon-SP), o Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas (Sindimaq) e com a Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), novos temas passaram a ser abordados com mais propriedade e intensidade, buscando sempre o melhor para os engenheiros de São Paulo.

As desestatizações também tiveram seu espaço nesse debate noventista. O SEESP se posicionou de maneira diametralmente oposta à do governo, ou seja, contra o processo de entreguismo do patrimônio brasileiro ao capital estrangeiro. Diante da dimensão das privatizações, o trabalho do SEESP foi intenso e não pôde parar. Entre as batalhas mais duras está a da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), a da Empresa Brasileira de Aeronáutica SA (Embraer) e da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa). Os grandes protestos organizados pelo SEESP foram motivados pela manutenção dos engenheiros brasileiros que faziam parte dos quadros dessas empresas.

O entendimento do SEESP para se contrapor às privatizações era garantir que a população brasileira, e não empresas especialmente estrangeiras, se beneficiassem de todo o investimento e esforço feito pelo País no desenvolvimento de sua infraestrutura e construções de empresas fundamentais na área energética, de logística e de alta tecnologia, caso da Embraer.

Na segunda metade dos anos 90, teve início a gestão de Ubirajara Tannuri Felix para o período entre 1995 e 1998. Nessa fase, o SEESP passou a se articular com outras categorias, como os trabalhadores da construção civil, os metalúrgicos e os metroviários, em lutas comuns.



SEESP junto aos metroviários.



Mobilizações da categoria contra a política de privatização marcou os anos 1990.

Ponto que mais uma vez mereceu destaque foi a luta pelo piso salarial da categoria, que ainda não era cumprido por muitas empresas e autarquias públicas. Entendendo a urgência em mudar esse cenário, o SEESP decidiu que era o momento de fazer um grande protesto, buscando dar visibilidade a essa necessidade. Para tanto, em 1995, os engenheiros organizaram uma manifestação na Avenida Paulista, onde vários holerites foram queimados, gerando grande espanto para a imprensa e a sociedade em geral. O protesto teve tanta envergadura que o próprio governador do estado, Mário Covas, acabou por receber os engenheiros e ouvir suas demandas.

A batalha por salários justos, entretanto, não foi a maior luta dessa gestão. A conta das privatizações feitas nos anos anteriores começava a chegar para o trabalhador. Nas empresas de telefonia, siderurgia e energia, por exemplo, as demissões em massa passaram a acontecer.

A ação do sindicato, por sua vez, conseguiu impedir um cenário ainda pior na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), quando a privatização da empresa, ainda que parcial, prejudicaria diversos engenheiros paulistas. Em um protesto conjunto, feito com o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema) e, após diversas rodadas de negociação, os engenheiros acabaram ganhando alguma proteção, principalmente contra a escolha de um parceiro estratégico da empresa que, na prática, significava entrega de seu controle à iniciativa privada.



A eleição de Paulo Tromboni de Souza Nascimento para presidir o SEESP para o mandato 1998-2001 coincidiu com os tempos de turbulência econômica do Brasil. Mesmo com todas as dificuldades, a entidade trabalhou firme para que os engenheiros tivessem seu espaço reconhecido e pudessem, ainda que com limitações, buscar novas oportunidades profissionais.

O maior exemplo disso foi o Balcão de Empregos do Engenheiro que, desde junho de 1998, cadastrava os currículos dos profissionais. A iniciativa surgiu através de um convênio com a Secretaria Estadual do Emprego e das Relações do Trabalho. Esse serviço de intermediação de mão de obra foi o primeiro instalado em parceria com um sindicato e o único voltado aos engenheiros de São Paulo.

A ideia foi de aproximar as empresas dos profissionais, transformando a seleção dos engenheiros em um processo mais assertivo e eficiente. Pelo lado dos engenheiros, por sua vez, a recolocação ficava um pouco mais fácil, tendo em vista que o currículo era disponibilizado em uma base de dados do sindicato. O primeiro engenheiro a se recolocar no mercado pelo sistema foi Paulo Sérgio Lisboa, contratado pela Macplan Engenharia e Construção Ltda.

Além dessa importante ferramenta para os engenheiros de São Paulo, o período da gestão de Tromboni também ficou marcado por intensas e duras campanhas salariais, buscando o que era justo para os profissionais do estado.

No ano de 1999, mais especificamente em junho, a diretoria do SEESP se viu obrigada a abordar um tema que vinha gerando diversos incômodos entre os engenheiros: a contratação de engenheiros estrangeiros.

Claro que o sindicato não era xenófobo ou algo do gênero, mas foi obrigado a se posicionar tendo em vista que era inconcebível a presença de estrangeiros em um mercado que apresentava 25% de decréscimo de postos formais para engenheiros nos últimos dez anos, sobretudo em áreas onde a competência técnica dos brasileiros, quando não superava, nada deixava a desejar a de outras origens.

Uma das maneiras de resolver essa questão foi cobrar e atuar, de maneira firme, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) – que à época também incluía os arquitetos –, que deveria fiscalizar rigorosamente os cargos e funções técnicas, evitando o exercício profissional ilegal.



REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO EM PROL DA SOCIEDADE

Em abril de 2000, o sindicato criou um serviço fundamental para os engenheiros de São Paulo. Tratava-se do “Programa de Reciclagem Tecnológica”, uma ideia que foi referência em se tratando de cursos de média duração (um a 12 meses) voltados à atualização ou reciclagem de engenheiros, e ofertados no estado de São Paulo.

A ideia vinha ao encontro das tendências de um mercado que estava se modificando a cada momento e necessitava de mais conhecimentos técnicos e de informática, por exemplo. Esse trabalho de buscar novas habilidades para os associados se tornou marca na história do SEESP.

Tanto que, no mesmo ano, outras iniciativas foram desenvolvidas pelo SEESP, como o “Programa Engenheiro Empreendedor”, suporte aos profissionais autônomos, orientando sobre as linhas de crédito da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil, que faziam parte do Programa Brasil Empreendedor.

Promovidos pelo sindicato e realizados pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae-SP) em parceria com o Instituto de Capacitação Profissional (ICAP), e apoio da Cooperativa Nacional de Assessoria e Tecnologia (Coonat), os cursos tiveram muitas adesões, demonstrando o interesse dos engenheiros na busca por novas oportunidades e a mudança no mercado de trabalho.

Além disso, em outubro, o sindicato renovou uma importante parceria com a Câmara Municipal de São Paulo. O acordo previa que o SEESP poderia fazer avaliações técnicas das obras contratadas pela Prefeitura, aferindo sua viabilidade, custo e especificidades.

O SEESP NO SÉCULO XXI

Em 2001, teve início a primeira gestão de Murilo Pinheiro à frente do sindicato, dando sequência à dinâmica mais atuante e ampliando-a fortemente. O trabalho foi aprofundado em três frentes principais: a representação coletiva da categoria; a prestação de serviços e o atendimento aos associados, o que incluiu o enraizamento da entidade no interior do estado com a aquisição de sedes próprias; e a inserção no debate de políticas públicas ligadas à engenharia.



Eventos realizados pelo sindicato na gestão do eng. Murilo Pinheiro.



Solenidade de aniversário dos 67 anos do SEESP e posse da diretoria, em 2001.



Ao microfone, o eng. Murilo Pinheiro no IV Congresso Estadual dos Engenheiros, em 2003.

A BATALHA DAS CAMPANHAS SALARIAIS

Cumprindo sua função precípua, o SEESP veio consolidando sua atuação como representante da categoria e passou a conduzir negociações coletivas com cerca de 50 empresas e entidades patronais nos mais diversos segmentos, em campanhas salariais que abrangem mais de 100 mil profissionais. Esse esforço envolve um processo que vai da elaboração da pauta de reivindicações, passando pela realização de assembleias, mobilização dos profissionais e a negociação com os empregadores, até eventual recurso à Justiça do Trabalho.

A empreitada envolve o papel ativo dos dirigentes, assim como de toda a estrutura da instituição, em especial das assessorias sindical, jurídica e de comunicação. Como os engenheiros têm diferentes datas-bases para a renovação de suas normas coletivas, definidas de 1º de janeiro a 1º de novembro, o trabalho é praticamente constante ao longo do ano.

Essa atuação é crucial, pois é ela que garante ao profissional reajuste salarial, aumento real, participação nos lucros e resultados, benefícios como vale-refeição, auxílio-creche, planos de saúde e muitos outros. “Sem o sindicato, o engenheiro ficaria totalmente à mercê da vontade das empresas que, muito provavelmente, não lhe concederiam ganho algum”, destaca o atual presidente Murilo Pinheiro. A partir da aprovação da Lei nº 13.467, que implementou a reforma trabalhista, o papel do sindicato tornou-se ainda mais essencial, tendo em vista a prevalência do negociado sobre o legislado instituída pela nova norma. “O trabalhador precisa estar amparado pela sua entidade representativa para que não lhe seja imposto um acordo que sequer cumpra o que está previsto em lei”, explica.

Algumas conquistas asseguradas nos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho firmadas nas negociações de 2018 dão ideia da relevância desse esforço em defesa dos engenheiros:

- Reajuste salarial assegurado nas convenções que beneficiaram os engenheiros dos setores da indústria, comércio, consultoria, locação de equipamentos e máquinas, e indústria gráfica. A conquista também beneficiou os profissionais que atuam na AES Eletropaulo, Airship, CDHU, Cesp, Cetesb, CPFL, CPFL Santa Cruz, CPTM, Dersa, Elektro, Emae, EMTU, Metrô, Sabesp, Usiminas Cubatão. A correção estende-se aos benefícios de caráter econômico.
- Aqueles que trabalham na AES Tietê, Automatize, CET, Cteep, Equisystem, IE Madeira e SPTrans obtiveram, além da reposição inflacionária, aumento real.
- Aumento significativo, além da inflação do período, em benefícios, como vale-refeição e alimentação, nas empresas AES Tietê, Cteep e IE Madeira.
- Inclusão no acordo ou convenção do cumprimento do salário mínimo profissional conforme previsto na Lei nº 4.950-A/66 no setor de comércio, consultoria, locação de equipamentos e máquinas, comércio de material elétrico, além das empresas AES Tietê, Airship, Automatize, CDHU; Cesp, Cetesb, Cteep, Dersa, Elektro, Eletropaulo, Equisystem, IE Madeira; Metrô, Sabesp, SPTrans e Usiminas Cubatão.



- Garantia de qualificação profissional com até 12 dias por ano dedicados a cursos, seminários e congressos sem prejuízo dos vencimentos nos setores da indústria e do comércio.
- Garantia de emprego ou impossibilidade de demissão de engenheiros sem justa causa na Cesp (100% do quadro por dois anos), na Sabesp (98%) e na Emae (97,5%).

Ao longo da história desses últimos anos, também se destacam conquistas importantes nessa frente de luta. Em 2007, por exemplo, os engenheiros obtiveram, além da reposição inflacionária total, a média de 5% de ganho real a título de produtividade.

Para além das negociações em cada empresa ou setor, o SEESP dedica-se a bandeiras de luta prioritárias em defesa da categoria. Uma delas, como já mencionado, é a histórica defesa do salário mínimo profissional estabelecido pela Lei nº 4.950-A/1966, o que assegura piso remuneratório digno à categoria. Outras são a criminalização do exercício ilegal da profissão e a instituição da carreira pública de Estado para os engenheiros. Ambos os temas estão previstos em proposições tramitando no Congresso Nacional cuja aprovação o sindicato vem defendendo junto aos deputados e senadores.

A EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO AO ASSOCIADO

Outro grande avanço do SEESP neste século foi o aprimoramento da estrutura de atendimento aos associados que se dá em sua sede na cidade de São Paulo e em mais 25 Delegacias Sindicais em municípios distribuídos pelo estado. O objetivo é aproximar a entidade de sua base nas diferentes regiões e realidades socioeconômicas e profissionais.

Um investimento fundamental para enraizar o sindicato em todos esses pontos foi a aquisição de sedes próprias, até o momento, em 16 deles – Araraquara, Bauru, Campinas, Grande ABC, Jundiaí, Lins, Marília, Pindamonhangaba, Piracicaba, Presidente Prudente, Rio Claro, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba e Taubaté.

NOSSA SEDE E AS 25 DELEGACIAS



Essas subseções regionais também têm fundamental importância para o desenvolvimento de discussões que acontecem localmente. Um exemplo aconteceu em 2002, em Piracicaba, quando foi debatida a situação das bacias hidrográficas da região. Em 2006, a Delegacia Sindical de Lins funcionou como *campi* avançado da Unilins, contribuindo de forma decisiva para a educação continuada e qualificação dos engenheiros. A sede na capital paulista também foi aprimorada e ganhou reforço para o atendimento e prestação de serviços aos engenheiros, com importantes avanços em seu programa de benefícios.

Uma das grandes inovações do período nesse campo foi a criação do SEESPPrev, a previdência privada dos engenheiros, primeiro serviço dessa natureza instituído por uma entidade sindical, o que foi uma conquista não só para a categoria, mas



Sindicato lança em 2003 a previdência privada dos engenheiros.

para todo o movimento sindical brasileiro. Lançado em julho de 2003, é administrado pela BB Previdência com total segurança e transparência.

Em tempos de crise econômica e alta desocupação, ganha destaque a reformulação, em abril de 2018, da antiga Bolsa de Empregos transformada em Oportunidades na Engenharia, que visa a colocação do profissional no mercado de trabalho e orientação à carreira, com atendimento personalizado. Isso inclui vagas de emprego e estágio; serviços para autônomos; cursos e qualificação profissional; e mapa da profissão.

Voltado às novas gerações, o Núcleo Jovem Engenheiro, criado em junho de 2015, é uma rede de estudantes e recém-formados que discute a profissão, a empregabilidade e visa formar novas lideranças. Com a realização de atividades voltadas ao empreendedorismo e inovação, a iniciativa vem aproximando esse público da sua entidade representativa e colaborando para sua formação como profissionais essenciais ao desenvolvimento e também como cidadãos.

Ainda no esforço de apoio à atividade profissional, o SEESP instalou em sua sede na capital, em março de 2019, um espaço *coworking* voltado a engenheiros. Nele, os profissionais podem desenvolver seus projetos, receber parceiros e clientes e realizar reuniões. Também em 2019, a tradicional Assessoria Jurídica Trabalhista do sindicato tornou-se uma Consultoria Jurídica, com serviços advocatícios em todas as áreas do Direito, atendendo à antiga demanda da categoria.



Foram ainda aprimorados benefícios tradicionais como o Plano de Saúde do Engenheiro, que hoje abrange aproximadamente 18 mil vidas, e tornou-se essencial para assegurar acesso a serviços de saúde de qualidade para os profissionais; a Assistência Previdenciária, que dá orientação e faz encaminhamento de procedimentos necessários à aposentadoria junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e o Clube de Benefícios, que

CONFIRA A ATUAÇÃO DA ENTIDADE PELA CATEGORIA

- Campanhas salariais: <https://goo.gl/Pg9q7z> e <https://goo.gl/YdECGL>
- Orientação à carreira e colocação no mercado: <https://goo.gl/jisyGk>
- Núcleo Jovem Engenheiro: <https://goo.gl/CykHDY>
- Rede de atendimento: na Capital (<https://goo.gl/qqtZ6o>) e no interior (<https://goo.gl/AUEfL7>)
- Salário mínimo profissional: <https://goo.gl/J4DwGY>
- Debate sobre desenvolvimento e valorização da engenharia: <http://www.crescebrasil.org.br>

oferece descontos imperdíveis em produtos e serviços diversos graças a convênios firmados pelo SEESP.

Para tornar todo esse pacote mais acessível aos associados o sindicato criou, em novembro de 2018, a Casa do Engenheiro, plataforma eletrônica na qual os profissionais podem, com alguns cliques, utilizar todos os serviços oferecidos e aproveitar os descontos e condições especiais disponíveis.



Instalações e serviços realizados pelo sindicato.



DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O SEESP também intensificou sua participação de maneira qualificada na discussão sobre desenvolvimento nacional, uso racional dos recursos naturais e qualidade de vida para a população. Um exemplo dessa vocação cidadã que se consolidava deu-se logo no início da gestão de Murilo Pinheiro, com a participação no Fórum Social Mundial (FSM) de 2002¹. O encontro, que aconteceu em Porto Alegre (RS), pretendia eleger propostas para um “outro mundo possível”, conforme *slogan* da iniciativa. O sindicato, como entidade ativa e participante no debate brasileiro, enviou delegados e realizou oficinas, assim como fizera no início de 2001. Os temas abordados pelo SEESP foram água, energia, meio ambiente, habitação e direitos trabalhistas.

O empenho nessa linha manteve-se de forma decisiva e fortaleceu-se com o engajamento ao projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, plataforma que propõe crescimento econômico, com distribuição de renda e preservação ambiental. Lançada em 2006 pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), tem desde então o apoio imprescindível do sindicato (*leia no capítulo 3*).

Também vem promovendo o debate de inúmeros temas ligados à engenharia com repercussão essencial ao bem-estar da população, por meio do seu Conselho Tecnológico, que se divide em diversos conselhos assessores focados em áreas como mobilidade, energia, telecomunicações, segurança e habitação. Nessa última, lançou em 1988 o Programa de Moradia Econômica (Promore), que já garantiu 9 mil projetos que asseguraram moradia adequada a cidadãos de baixa renda e oportunidade de trabalho a jovens profissionais (*leia mais no capítulo 3*).

Em duas iniciativas recentes, de 2019, o SEESP colocou em debate a segurança dos trabalhadores em telecomunicações, com um workshop realizado em 8 de maio, e o debate essencial da atualidade que é segurança de estruturas como pontes, viadutos e barragens, com seminário promovido em 16 de abril.



AS CONTRIBUIÇÕES
AO BRASIL

CAPÍTULO

3



Reconhecendo-se como um sindicato-cidadão, o SEESP vem historicamente associando a sua atuação em defesa dos direitos da categoria e de prestação de serviços aos seus associados, importante inserção no debate sobre desenvolvimento. Valendo-se do conhecimento e da experiência de seu corpo diretor, formado por profissionais de inúmeras modalidades, vem debatendo problemas inerentes à energia, comunicações, mobilidade e transporte, habitação, educação, entre muitos outros assuntos, e propondo soluções nessas áreas.

Apresentam-se a seguir algumas iniciativas emblemáticas desse esforço: o Programa de Moradia Econômica (Promore), o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, criado pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), mas que vem recebendo contribuição decisiva do SEESP, e o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec). As duas primeiras seguem ativas; a terceira, lamentavelmente, precisou ser interrompida em junho de 2018, mas certamente deixou legado fundamental, tornando-se referência como escola de engenharia de excelência, apta a formar profissionais prontos a enfrentar os desafios de hoje e do futuro.

PROMORE

O SEESP celebrou, em 2018, 30 anos de iniciativa bem-sucedida para garantir habitação social de qualidade com orientação técnica adequada: o Programa de Moradia Econômica (Promore). Lançado em Bauru (SP) por meio de convênio assinado no dia 6 de agosto de 1988 entre a recém-criada Delegacia Sindical do SEESP na região, a Cohab e a Prefeitura do município, o Promore se estendeu para outras cidades em que a entidade conta com subsedes, como Campinas, Rio Claro, Piracicaba e Ribeirão Preto.

Por seu intermédio foram realizados cerca de 9 mil projetos residenciais nessas cidades do interior do estado, bem como propiciada oportunidade a jovens engenheiros e arquitetos de exercerem sua função social e realizar uma “residência” profissional remunerada, como observa um dos idealizadores do programa, o diretor do SEESP Carlos Augusto Ramos Kirchner.



Marcos Wanderley Ferreira e Rutênio Gurgel Bastos posam em uma casa construída sob a orientação do Promore.



O beneficiário, como explica ele, deve ter renda familiar até cinco salários mínimos, possuir terreno, morar na cidade há mais de um ano e não ter outro imóvel no município. Limita-se a área de até 70 metros quadrados ou para reformas, acréscimo de até 30 m². “São projetos personalizados, de acordo com a necessidade e vontade do proprietário”, complementa. Abaixo do que é cobrado no mercado, o valor a ser pago varia conforme as especificações da construção. Já a Prefeitura garante isenção de tributos municipais.

Coordenador do Promore em Bauru, o diretor da Delegacia Sindical do SEESP na cidade, Luiz Antonio Battaglini, ressalta que não é necessário ter escritura definitiva para participar do programa. E que os custos são repassados integralmente aos profissionais credenciados.



Obras realizadas pelo Promore.

RESULTADOS E FUNCIONAMENTO

Atualmente, o convênio em Bauru se mantém entre o Departamento de Água e Esgoto (DAE), a administração municipal e o SEESP. A equipe do Promore é formada por sete engenheiros e sete arquitetos, divididos, de acordo com Battaglini, em 12 regiões. Além do projeto personalizado, assistência técnica contínua e isenção de taxas, o proprietário do imóvel que estiver construindo, reformando, ampliando ou regularizando suas construções pelo Promore não arca com ligações de água e de esgoto de ramais domiciliares a serem executadas pelo DAE.

Segundo Luiz Roberto Pagani, presidente da Delegacia Sindical do SEESP em Bauru, até 2018 foram concluídos cerca de 5 mil projetos por intermédio do programa e 210 profissionais tiveram a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos. “Os recém-formados têm o respaldo técnico de profissionais com experiência”, informa.



Em Rio Claro, o programa funciona desde 1994, em convênio com a Prefeitura, e já beneficiou mais de 850 famílias. Diretora da Delegacia Sindical do SEESP na cidade e coordenadora da iniciativa no município, a engenheira civil Lígia Marta Mackey começou a atuar junto ao Promore meses depois de formada. “Para mim foi uma experiência muito boa, tanto pessoal quanto profissional. Atendemos muita gente”. A equipe conta com três profissionais, sendo dois engenheiros e um arquiteto. Na cidade, segundo ela, a procura foi alavancada pelo programa governamental Minha Casa Minha Vida. “Noventa e nove por cento do pessoal atendido conta com o financiamento da Caixa Econômica Federal, o que se insere no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001, que estabelece diretrizes gerais de política urbana e função social da propriedade)”, afirma.

Já em Piracicaba, segundo o diretor da delegacia local e coordenador do programa, Aristides Galvão, esse funciona desde 1991, em convênio com a Prefeitura e Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional (Emdhap). “No início eram 13 recém-formados, todos da Escola de Engenharia de Piracicaba. Foram 1.750 projetos de casas populares até hoje”, diz. Atualmente três profissionais da categoria compõem a equipe na cidade.

O programa em Ribeirão Preto, por sua vez, começou a funcionar em 1996 e, conforme Nelson Costa, presidente da delegacia local, assegurou a aprovação de 800 projetos, sendo 400 com habite-se. Contudo, segundo ele, desde 2007 a Prefeitura suspendeu a isenção de taxas. Ele lamenta: “A partir daí, muita gente deixou de procurar o Promore, que conta com dois profissionais para atender a população. Com isso, o cidadão constrói casa sem orientação, muitas vezes fora das normas”.

Dificuldades levaram à suspensão do programa em Campinas no ano de 2013, após dez anos de funcionamento e 65 projetos concluídos. Segundo informação da delegacia local, o sindicato propôs à Prefeitura “aprovar outra lei ou acréscimo para a regularização dos imóveis já construídos, porém o processo tornou-se inviável devido a alguns fatores, como os trâmites dentro do órgão público e a expansão irregular para além dos 70 m²”.

Enquanto Campinas e Ribeirão Preto enfrentam resistência, no Grande ABC está em tramitação a realização de convênios para implantação do Promore em Santo André e em São Bernardo do Campo.



Inauguração de uma das casas do PROMORE, em Bauru.

“Fizemos conversas com a participação do presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, e protocolamos a proposta junto às Secretarias Municipais. Nas duas cidades tem o cartão do governo federal para reformas até R\$ 5 mil e parte é destinada à assistência técnica, que poderia ser atendida pelo Promore. A perspectiva é que dê certo”, anima-se Helton Costa, diretor da Delegacia Sindical no Grande ABC.

CRESCE BRASIL

Lançado pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e seus sindicatos filiados em 2006, o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” nasceu como uma contribuição da categoria a um plano nacional de desenvolvimento sustentável com inclusão social, fruto de debates realizados com milhares de profissionais em todo o País. O SEESP, que já tinha o tema como bandeira histórica, engajou-se totalmente à iniciativa.

A entidade não só participa ativamente das atividades nacionais, como também promove inúmeras discussões no âmbito estadual. A avaliação é que o projeto faz parte da agenda do sindicato pelo seu compromisso com o desenvolvimento nacional e porque também contribui para fortalecer a luta em defesa da categoria.

Ao longo desses 13 anos de existência, o “Cresce Brasil” vem sendo constantemente atualizado e mantendo-se como referência na luta pela construção de um país justo, próspero e avançado tecnologicamente.



HISTÓRICO

Em 2006, com um crescimento econômico pífio desde os anos 80, o País enfrentava uma realidade nada animadora. A infraestrutura nacional era precária e não havia planejamento para o futuro, o que comprometia a existência de projetos e o investimento produtivo. Com isso, faltavam postos de trabalho e oportunidades, sobretudo para os jovens que saíam das escolas, inclusive e principalmente as de engenharia.

Convicta de que era não só necessário como possível mudar esse cenário, a FNE reuniu especialistas nas áreas consideradas cruciais ao desenvolvimento – energia, ciência e tecnologia, meio ambiente, recursos hídricos e saneamento, comunicações, transportes de cargas e coletivo e agricultura – e levou o debate às cinco regiões do Brasil, contando com a participação de milhares de profissionais. Depois, lançou, durante o VI Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse), o manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, cuja proposta básica era a expansão econômica anual de 6%, elevando-se os investimentos para 25% do Produto Interno Bruto (PIB), com participação pública e privada, e alterando a política macroeconômica, reduzindo juros e facilitando o crédito.



Plenária do VI Congresso Nacional dos Engenheiros, São Paulo, em 2006.

DE OLHO NO PAC

O projeto dos engenheiros foi apresentado a diversas autoridades e com elas debatido. Ainda em 2006, foi entregue a todos os candidatos a presidente e, após a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a vários de seus ministros. Um reflexo positivo desse esforço foi a presença de inúmeras propostas do “Cresce Brasil” no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado posteriormente pelo Governo Federal. Após uma análise comparativa entre os dois documentos, publicada no documento “O Cresce Brasil e o PAC”, a FNE apontou os aprimoramentos que julgava necessários no plano oficial, como ações na área de ciência e tecnologia e a construção de Angra III, ambas sugestões aceitas.

REGIÕES METROPOLITANAS

O “Cresce Brasil” não se esgotou com o lançamento do manifesto e tornou-se importante instrumento de mobilização em prol do desenvolvimento, ampliando sua abrangência. Assim, em 2008, voltou-se ao debate sobre as regiões metropolitanas, que concentram grande parte da população brasileira e de seus problemas. Para buscar as soluções necessárias foram realizados seminários em capitais como Florianópolis (SC), Teresina (PI), São Luís (MA), Fortaleza (CE), São Paulo (SP), Manaus (AM), Macapá (AP), Palmas (TO) e Belém (PA).



A SUPERAÇÃO DA CRISE

Levando em conta a retomada efetiva da expansão econômica brasileira verificada a partir de 2007, depois abalada pela crise financeira internacional, e novos elementos do cenário econômico nacional, como as reservas de petróleo da camada do pré-sal, em 2009, o projeto foi atualizado e ampliado, lançado sob o título “Cresce Brasil e a Superação da Crise”. O novo documento foi debatido e aprovado no VII Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse), realizado em São Paulo, entre 23 e 26 de setembro. Assim, o movimento “Cresce Brasil” manteve-se ativo com o propósito de buscar crescimento com democracia, distribuição de renda, respeito à natureza e reorganização urbana.

COPA 2014

A partir de 2011, o “Cresce Brasil” colocou o seu foco na Copa 2014, seus desafios e a oportunidade que representa em termos de avanço na infraestrutura das cidades-sedes dos jogos no País. Assim, foram debatidos os preparativos para esse grande evento esportivo e o que eles poderiam trazer de benefícios à população brasileira.

NOVOS DESAFIOS

Ainda em 2014, após debater a necessidade de investimentos em infraestrutura, o “Cresce Brasil” apontou a urgência em se avançar na industrialização do País, com inovação e ganhos de produtividade. Mais que isso, evitar que esse setor, essencial à expansão econômica, passe por um processo precoce de encolhimento. Os “Novos Desafios” identificados apontavam a necessidade de implementação de medidas corretas na área econômica. Seria preciso estabelecer uma política de estado estrategicamente voltada a tal objetivo, por exemplo, adensando cadeias produtivas promissoras.

CIDADES

Em 2016, ano de eleições municipais, o “Cresce Brasil” teve como objeto a discussão sobre a qualidade de vida nas cidades e o desenvolvimento local. O objetivo foi fazer um diagnóstico dos problemas comuns às médias e grandes cidades brasileiras pertinentes à engenharia e propor soluções factíveis. O documento, lançado em 29 de junho daquele ano, no Rio de Janeiro, foi produzido com a colaboração de especialistas e profissionais de todo o País que participaram das discussões promovidas pela FNE. As propostas foram apresentadas aos então candidatos a prefeito e à sociedade.

RETOMADA DA ENGENHARIA NACIONAL

Em meio à grave crise econômica que registrou desemprego de 13,1% no primeiro trimestre de 2018, o “Cresce Brasil” voltou-se à tarefa de indicar rumos a seguir para superar esse quadro de dificuldades.

Na edição cujo tema é a “Retomada da engenharia nacional”, aponta-se a necessidade de mudar a política econômica e brecar o desmonte da capacidade tecnológica nacional para que seja possível haver recuperação e volta do crescimento, geração de emprego e distribuição de renda.

ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

Em sua mais recente etapa, lançada em junho de 2019, o “Cresce Brasil” abordou questão que se tornou urgente ao desenvolvimento e ao bem-estar da população. Após a realização pelo SEESP do seminário “Pontes, viadutos, barragens e a conservação das cidades – Engenharia de manutenção para garantir segurança e qualidade de vida”, foi produzido novo documento.

A publicação, com a participação de especialistas, aponta as necessidades específicas nesses segmentos, mas principalmente se propõe a enfrentar a questão essencial do descaso com a inspeção e conservação das estruturas existentes no País. Para mudar esse quadro, proposta do SEESP, incorporada pelo “Cresce Brasil” é que as administrações nos níveis municipal, estadual e federal instituem um órgão com dotação orçamentária e corpo técnico qualificado para ser responsável por inspeção e conservação regulares.

Conheça o projeto e acesse todas as publicações em www.crescebrasil.org.br





ISITEC

Após anos debatendo a necessidade de o Brasil avançar a sua industrialização, o que exige ganhos de competitividade e, necessariamente, maior produtividade e inovação, o SEESP tomou uma decisão fundamental: criar uma escola de engenharia que atendesse a essa demanda.

Estava em pauta a necessidade de se formarem mais profissionais qualificados para dar conta dos desafios do desenvolvimento nacional, mas, sobretudo, qual o perfil e as competências que esses quadros técnicos deveriam ter. Na avaliação do SEESP, construída após inúmeras discussões com a categoria em todo o Brasil, especialistas e representantes do setor produtivo, o engenheiro precisa ir além de uma sólida formação técnica. Ele deve ser capaz de empreender e inovar, compreender a realidade sociopolítica e econômica à sua volta e no mundo, produzir de forma colaborativa, saber se comunicar e, principalmente, assimilar a ideia da aprendizagem constante e para a vida toda.

Com essa orientação, surgiu, em 2011, o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), tendo o SEESP como entidade mantenedora. A partir daí, foi formatado um curso que pudesse oferecer ao mercado um profissional apto a buscar as soluções necessárias ao desenvolvimento.

Fachada do Isitec na Rua Martiniano de Carvalho.



CURSO GRATUITO DE EXCELÊNCIA

Esse esforço resultou na graduação em Engenharia de Inovação, com 4.620 horas de carga total e uma matriz curricular que incluía, além das disciplinas básicas, técnicas e científicas da área, formação empresarial e aprofundamento profissional. A elaboração do projeto pedagógico do Isitec abrangeu ainda o debate sobre a forma de ensinar engenharia, que também precisa ser inovadora, e a capacitação do corpo docente para essa visão. Por fim, foi projetada e providenciada a estrutura física compatível com esse objetivo.

Após o credenciamento pelo Ministério da Educação (MEC), no final de 2013, mais um passo nessa empreitada foi dado com a proposta de um processo seletivo diferenciado e a decisão de oferecer bolsas integrais aos aprovados. A ideia era atrair ao Isitec bons alunos interessados em aprender e produzir, e não apenas os que poderiam arcar com as mensalidades de uma graduação de alto nível.

Ministro Aldo Rebelo e Murilo Pinheiro
na aula inaugural do Isitec.





Percorrido esse longo e desafiador caminho, em 2015, teve início o primeiro curso de graduação em Engenharia de Inovação do País, oferecido pela primeira faculdade criada por uma entidade sindical, numa iniciativa duplamente pioneira. O sucesso do projeto foi comprovado: os estudantes viveram a aventura incomparável da descoberta e do conhecimento de alto nível; a direção e o corpo docente comprovaram na prática a possibilidade de uma forma inovadora de lecionar, sem que se abra mão da qualidade.



Os diretores do Isitec, Fernando Palmezan Neto, Antonio Octaviano, Saulo Krichanã Rodrigues e José Marques Póvoa, durante atividade realizada na instituição.

A carga horária média dos cursos de engenharia é de 3.600 horas-aula. A do Isitec era de 4.620.

INTERRUPÇÃO

Assim, estava efetivamente em marcha uma experiência ousada, mas cuidadosamente planejada para obter êxito. Ao final de 2019, chegariam ao mercado os primeiros engenheiros de inovação do Brasil. Tal realização iria muito além das justas lutas corporativas em defesa da categoria representada pelo SEESP, simbolizando o firme propósito da entidade de contribuir com a construção de um país desenvolvido, justo e soberano.

No entanto, lamentavelmente, essa foi interrompida, em junho de 2018, devido a graves dificuldades financeiras enfrentadas pelo sindicato, que não tinha mais condições de custear o Isitec. O problema foi gerado pela queda brutal na receita causada pela reforma trabalhista implantada pela Lei 13.467/2017. Além de retirar inúmeros direitos, as alterações feitas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) submeteram a contribuição sindical a autorização prévia e expressa. Seguindo as novas regras estabelecidas, o SEESP realizou assembleia da categoria na qual a contribuição foi autorizada coletivamente. Isso foi comunicado inúmeras vezes às empresas e divulgado aos profissionais por vários meios. Apesar de tomadas todas as providências, o efeito prático foi uma redução drástica nas receitas em relação à previsão orçamentária do sindicato, o que inviabilizou manter a estrutura do Isitec.

Diante dessa situação, foram buscadas inúmeras alternativas para manter o Isitec funcionando, tais como investidor que possibilitasse a continuidade do projeto e a transferência da manutenção. Essa última solução foi encaminhada e o processo, que seguia tramitando no fechamento desta obra, tinha previsão de conclusão para 2019. Além disso, como a continuidade do curso sob a responsabilidade de outra instituição levaria algum tempo para ser restabelecida, foram tomadas diversas iniciativas, tanto junto ao MEC como a universidades, para que os alunos pudessem ser realocados, nas condições mais adequadas possíveis.

Apesar do triste desfecho, fica o legado dessa iniciativa do SEESP, histórica e altamente relevante para a discussão sobre o ensino de engenharia. Também, o sindicato segue adiante com o programa de pós-graduação desenvolvido no âmbito do Isitec, promovendo a educação continuada e a qualificação da categoria.



© FUTURO

CAPÍTULO

4



Ao completar 85 anos, o SEESP celebra sua história com olhos no futuro do País, da engenharia e seus profissionais e do sindicalismo. Nesta entrevista, o presidente da entidade, Murilo Pinheiro, fala sobre os desafios pela frente e o compromisso de vencê-los em prol da categoria e do desenvolvimento.

QUE BALANÇO VOCÊ FAZ DESSES 85 ANOS DE HISTÓRIA DO SEESP?

Nosso balanço dessas décadas de atuação é certamente muito positivo. O SEESP tem presença relevante na história do estado de São Paulo e do País nesse tempo todo em que foi se estruturando, se fortalecendo e crescendo, tornando-se uma entidade à altura da importância da categoria que representa. No campo da ação sindical propriamente dita, que é nossa função precípua, tornamo-nos os legítimos representantes dos engenheiros e hoje conduzimos cerca de 50 negociações coletivas por ocasião das campanhas salariais. Isso significa uma grande mobilização dos profissionais, em suas respectivas bases, que ocupa a nossa agenda o ano todo.

Outro ponto de destaque é certamente o aprimoramento de nossa estrutura de atendimento e prestação de serviços aos associados, que vêm crescendo na busca por oferecer benefícios realmente relevantes. Para facilitar o acesso às muitas vantagens que o filiado ao SEESP tem, em 2019, inauguramos a plataforma digital Casa do Engenheiro (www.casadoengenheiro.org.br), onde ele, com um clique, pode utilizar qualquer serviço.



Murilo Pinheiro, presidente do SEESP.

Por fim, o nosso sindicato se consolidou como uma instituição séria, que trava o debate de alto nível sobre políticas públicas, desenvolvimento socioeconômico e avanço tecnológico. Ao chegar aos seus 85 anos, o SEESP é certamente uma entidade da qual todos os engenheiros podem e devem se orgulhar.

QUAIS OS PLANOS DA ENTIDADE PARA O FUTURO?

Os planos são continuar a avançar nessas três frentes principais mencionadas acima – representação coletiva, atendimento ao associado e inserção no debate público – até porque essa agenda tripla é plenamente convergente com os interesses da categoria e da sociedade brasileira. Essa é a nossa missão. Assim, atuamos cotidianamente visando crescer pelo bem dos engenheiros.

NESTE CONTEXTO, VISLUMBRAM-SE DESAFIOS? QUAIS?

Certamente haverá inúmeros, mas o SEESP construiu sua valorosa história exatamente superando dificuldades, e não fazendo um passeio tranquilo. Um desafio que já está presente é uma nova fase do sistema produtivo com a indústria 4.0 e toda mudança trazida pela tecnologia da informação que avança em ritmo acelerado. A Internet das Coisas é uma realidade. O engenheiro obviamente está no centro dessa questão. Precisamos, por um lado, garantir que a nossa mão de obra qualificada esteja apta a operar essa nova dinâmica, por outro, como atores sociais, devemos encaminhar o debate sobre o que isso significa do ponto



de vista de eliminação de postos de trabalho e até do impacto na vida das pessoas. Um nó essencial a ser desatado nesse cenário em que os dados são o grande ativo é a proteção à privacidade dos cidadãos. Esse é um debate de natureza técnica e política do qual a engenharia deve participar porque caberá a ela encontrar uma solução que propicie o uso virtuoso da tecnologia.

Outro desafio é, também por força da tecnologia da informação, mas não só, o individualismo que ganha força. Como organizar os profissionais coletivamente, de forma solidária? Como demonstrar que o sucesso profissional e a prosperidade pessoal podem ser beneficiados pela atuação conjunta? Este é certamente um papel que o sindicato terá que exercer com muita competência.

O SINDICATO TEM COMO BANDEIRA HISTÓRICA O DESENVOLVIMENTO. COMO SEGUE ESSE ESFORÇO?

Como uma prioridade absoluta, até porque se não houver desenvolvimento não há oportunidades para engenheiros. Desde que o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” foi lançado pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) em 2006, teve o engajamento pleno do SEESP, que segue totalmente comprometido com esse debate. O Brasil tem questões centrais a resolver para se tornar um país desenvolvido, que ofereça condições de vida digna à sua população. Ao mesmo tempo em que estamos às voltas com a realidade das novas tecnologias, temos que dar conta de tarefas que deveriam ter sido cumpridas no século passado. Precisamos aprimorar nossa infraestrutura urbana e de produção urgentemente e assegurar serviços essenciais de qualidade a toda a população. E certamente temos que recuperar nossa indústria que está encolhendo precocemente, comprometendo nossas possibilidades de alcançar prosperidade como nação. A engenharia tem muito a contribuir com essa agenda ampla e fundamental e continuaremos a apontar caminhos e propor

soluções nesse sentido. Em junho deste ano, lançamos mais uma etapa do projeto “Cresce Brasil”, que aborda a necessidade de se investir em engenharia de manutenção, porque não só precisamos ampliar nossa infraestrutura, como também conservar e aprimorar a existente. E isso também é papel da nossa profissão.

A proposta é que as administrações municipal, estadual e federal instituam um órgão com dotação orçamentária e corpo técnico qualificado para ser responsável por inspeção e conservação regulares nas estruturas. Nosso objetivo é, por exemplo, evitar novos Brumadinhos e Marianas, assim como acidentes envolvendo viadutos nas grandes cidades. A medida poderá trazer segurança à população e correta utilização dos recursos públicos.

A REFORMA TRABALHISTA INSTITUÍDA PELA LEI 13.467/2017 TROUXE DIFICULDADES DE ATUAÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS? COMO SUPERÁ-LAS?

Essa lei foi aprovada como panaceia para geração de empregos, o que se mostrou totalmente falso. Na verdade, retirou direitos dos trabalhadores e criou graves disfunções no que diz respeito à representação sindical. Lamentavelmente, na batalha da informação, prevaleceu a ideia de que prejudicar o custeio das entidades sindicais e sua atuação seria bom para o trabalhador. Obviamente, isso só prejudica o empregado, que perde condição de negociação junto ao patrão e vê enfraquecida a instituição que existe para defendê-lo.

Nesse contexto, apesar de tudo, cabe aos sindicatos, e é que o estamos fazendo no SEESP, buscar formas de continuar trabalhando bem pela categoria, que é a nossa razão de existir. Seguimos juntos, com vontade e coragem.



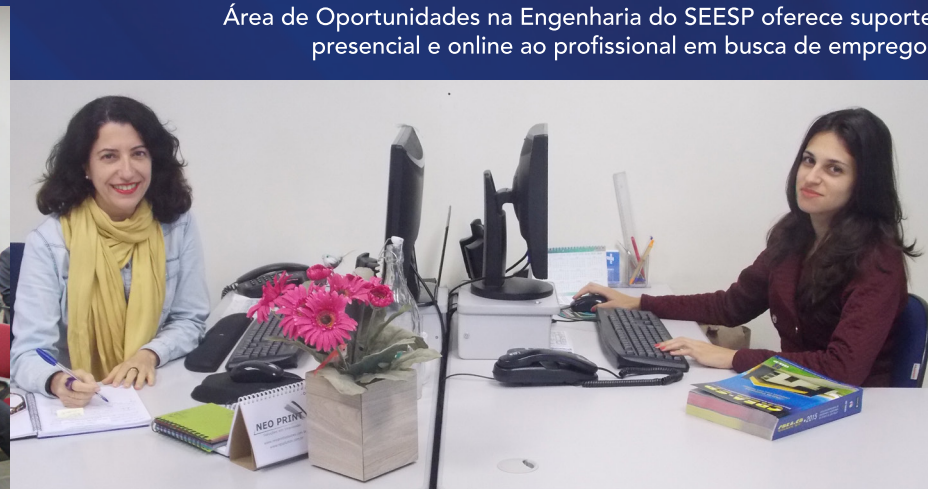
SEESP assina convenção coletiva com a Fiesp, beneficiando os engenheiros que atuam na indústria.



Sindicato realizou Fórum de Segurança e Saúde no Trabalho em atividade de Telecom. Evento aconteceu na sede da entidade.



Discussão sobre a necessidade de engenharia de manutenção contou com grande participação dos profissionais.



EcoSP colabora para discussões relevantes como mudanças climáticas, saneamento básico, energias alternativas, dentre outros.



SEESP entrega 32ª edição do prêmio Personalidade da Tecnologia. Homenagem feita todos os anos marca comemoração do Dia do Engenheiro.



Seminário de Abertura das Campanhas Salariais 2019: diálogo rumo à negociação coletiva.



No EcoSP, a oportunidade de discutir desenvolvimento sustentável e boas práticas na produção.



Seminário Pontes, Viadutos, Barragens e Conservação das Cidades, realizado pelo SEESP, contou com a presença de nomes importantes para a engenharia nacional.



DEPOIMENTOS

CAPÍTULO

5



ANTONIO NETO

Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)

A engenharia é sinônimo de desenvolvimento. Qualquer sociedade que tenha como objetivo crescer e se tornar próspera e soberana tem como foco o investimento e o estímulo a este setor que é um dos motores do Brasil.

E o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo tem papel fundamental nesse processo de desenvolvimento do País. A sua criação, em 1934, vai ao encontro de uma era promissora de nossa nação. Foi com Getúlio Vargas que o Brasil, a partir da década de 1930, começou sua trajetória rumo à industrialização.

Neste sentido, a engenharia caminhou lado a lado com o desejo de levar o Brasil ao lugar que ele sempre mereceu, saindo de uma trajetória antiga e rural. Desde então, o crescimento de nossas cidades e os avanços em tecnologia têm muito a agradecer aos mais de 200 mil profissionais que estampam o que há de melhor na engenharia.

Representados pelo SEESP, a categoria tem, em todo o estado de São Paulo, uma entidade forte, que há 85 anos luta pelos direitos destes trabalhadores, para terem condições dignas de trabalho e salário, além de estimular a capacitação constante de seus representados.

Este trabalho de mais de oito décadas é fundamental para os debates e projetos acerca do desenvolvimento do Brasil e, além de orgulhar quem faz parte dele, é indispensável para os engenheiros e a sociedade brasileira.

A todos os amigos do SEESP os meus mais sinceros desejos de sucesso. Que a entidade viva outros 85 anos cheios de energias renovadas e de trabalho pela categoria.

Parabéns a todos os engenheiros de São Paulo pelo talento e pela representação forte e atuante.

Um fraterno abraço.



CARLOS MINGIONE

Engenheiro e presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco)

Nos últimos 85 anos o mundo vem passando por profundas transformações e a engenharia, ao mesmo tempo em que acompanhou essas mudanças, atuou como um potente catalisador das modificações. O impacto tecnológico, acelerado nas últimas décadas, está ao alcance das nossas mãos com ferramentas mais precisas.

Os cálculos, por exemplo, efetuados com réguas de cálculo e ábacos, passaram a ser realizados com calculadoras e computadores. Os desenhos dos projetos, traçados a nanquim em papel vegetal, agora são elaborados por computadores, em duas ou três dimensões. E mais: já são substituídos pela modelagem da obra ou produto, gerando um arquivo digital que pode ser impresso sobre papel ou, dependendo do projeto, pode até mesmo ser impresso em três dimensões, em escala ou no tamanho real.

Não são poucas essas mudanças e elas provocam profundas reflexões sobre o futuro do trabalho no nosso setor. Se por um lado ganhamos em segurança, agilidade e precisão nas nossas atividades, por outro verificamos o crescente impacto nas oportunidades de emprego. Esse caminho não tem volta e o nosso desafio é manter um olhar atento às alternativas e perspectivas que o futuro nos oferece.

Também merece destaque o fato de que a engenharia nacional tem enfrentado nos últimos anos uma das piores, se não a pior crise da sua história. Ela é resultado da somatória de fatores negativos, como a severa e prolongada crise econômica e financeira que o País atravessa; a paralisação de milhares de obras, seja por planejamento inadequado ou por questões relacionadas com desvios de recursos e corrupção; os desastres decorrentes da manutenção e/ou fiscalização precárias das estruturas implantadas; entre outros fatores.

Portanto, diante da atual realidade, as entidades ligadas à engenharia têm uma grande responsabilidade para vencer os profundos desafios presentes e aqueles que se avizinham. Confiamos na força, na integridade e na capacidade de trabalho resultante da união, e acreditamos que somente juntos teremos sucesso na obtenção dos resultados necessários. O fortalecimento será de todos!

Parabéns ao SEESP, ao completar 85 anos na defesa dos engenheiros e da engenharia nacional!



GILBERTO NATALINI
Vereador de São Paulo

Participo das atividades e da vida do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP) desde a década de 70, em plena ditadura militar. O sindicato sediou muitas reuniões e foi um espaço democrático importante de resistência ao regime militar.

O SEESP abriu espaço para reuniões do Movimento Popular, Movimento Contra a Carestia, Movimento pela Anistia. É, sem dúvida, uma das instituições mais democráticas e respeitáveis de São Paulo.

Na democracia, o SEESP tem representado de forma exemplar os engenheiros de São Paulo e tem participado das articulações da sociedade civil e das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do País.

Parabenizo o sindicato pelos 85 anos realizando um trabalho muito sério, com uma capacidade técnica que honra a representação dos engenheiros de São Paulo.



JOEL KRÜGER
Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea)

Em suas batalhas pela defesa do capital humano e pela proteção ao emprego, com garantia da remuneração justa e das condições de trabalho adequadas, o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP) tem reforçado nessas oito décadas e meia seu compromisso com a classe profissional, considerada estratégica para o progresso do Brasil.

Para além da defesa dos interesses da categoria, a entidade se colocou ainda na vanguarda da luta pelo desenvolvimento – conceito indissociável da engenharia e que se desdobra em positivas mudanças na estrutura social.

O projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, por exemplo, traduz a participação do SEESP no debate público sobre as grandes questões nacionais que demandam saber científico e soluções técnicas. Ao indicar rumos para governantes e parlamentares articularem e impulsionarem um novo ciclo de crescimento, o sindicato se posiciona como voz ativa da sociedade.

Outra atuação expressiva do SEESP foi o recente posicionamento – por meio da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), à qual é filiado – contra a continuidade do uso do pregão na contratação

de serviços de engenharia. Em uma ação com o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, e outras dezenas de entidades, a instituição somou sua voz ao manifesto coletivo entregue ao Ministério da Economia.

No documento, defendemos que a modalidade de licitação pregão não se aplica à contratação de serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual. E mais: alertamos o governo que, por meio de pregão, não é possível planejar, executar e manter empreendimentos públicos observando nas contratações apenas o menor preço, em detrimento de indispensáveis requisitos técnicos e de qualidade.

Confiantes nesta atual parceria, ambicionamos que nos próximos anos tantas outras sejam firmadas entre as representações da engenharia, sempre em prol do fortalecimento do setor e do avanço nacional.

Ao SEESP, mais conquistas em sua trajetória reconhecidamente marcada por lutas não apenas pelos engenheiros de São Paulo, mas também pela prosperidade do Brasil!



JOSÉ POLICE NETO
Vereador de São Paulo

Na primeira metade do século XIX, o pensador francês Alexis de Tocqueville afirmou que havia o risco de a incipiente democracia norte-americana se converter em uma tirania sem precedentes na história. O motivo? O peso de cada cidadão individualmente era apenas uma pequena fração de um estado cada vez mais poderoso.

A solução, apontou o pensador após cumprir missão diplomática nos Estados Unidos, residia na existência de uma forte sociedade civil organizada, a qual, tendo mais força que cada cidadão separadamente, seria capaz de resistir à pressão de um governo central e se contrapor à tendência centrípeta do Estado, estabelecendo um outro equilíbrio.

Tais entidades, na visão de Tocqueville, exerceriam nas democracias o papel que a aristocracia cumpria nas monarquias europeias, mas sem os privilégios que tornaram a nobreza

odiosa no velho continente. Nesse momento de grave crise econômica, política e social, mais do que nunca as reflexões do diplomata francês devem nos ajudar a pensar sobre nossas próprias instituições.

É difícil alcançar o ponto de equilíbrio de uma entidade sindical, que ao mesmo tempo participa dos destinos comuns do País e faz a defesa dos interesses da categoria que representa. Não foram poucas as entidades que se perderam nesse processo, enfocando demais um ou outro lado dessa balança.

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo é um exemplo maduro desse equilíbrio ideal entre a dimensão política e geral da atuação sindical e a dimensão corporativa. O SEESP, infelizmente um caso raro, ultrapassa e muito os limites apenas de sua categoria, contribuindo ativamente na definição dos rumos de São Paulo e do Brasil.

Da luta pelas Diretas à preocupação permanente em ajustar a legislação das licitações e obras públicas, da defesa intransigente do piso salarial e das condições de trabalho dos profissionais representados pela entidade, o SEESP sempre esteve na vanguarda desta perfeita integração entre as duas dimensões de sua atuação enquanto baluarte da sociedade civil.

Na condição de vereador há 15 anos, em especial durante os dois mandatos em que fui presidente da Câmara Municipal, posso atestar que jamais me decepcionei com nossos vizinhos da Rua Genebra. Pelo contrário. Seja nas lutas necessárias no âmbito da capital paulista, seja na mobilização pela democratização dos processos decisórios da gestão pública, seja pela qualificação dos debates, seja pelos esforços de prevenção da corrupção. O SEESP sempre foi um parceiro ativo e altivo, que engrandeceu todas as bandeiras que abraçou.



JOSÉ ROBERTO CARDOSO
Coordenador do Conselho Tecnológico do SEESP

Era o ano de 1934 e nosso estado começava a se orientar a partir dos últimos entulhos restantes da Revolução de 1932. O governo central indicou um interventor paulista, que acalmou os ânimos dos revanchistas. Cientes de que o estado deveria ser repensado, o povo paulista tomou a decisão de investir no desenvolvimento e, para isso, seria necessário um alicerce sólido em ciência e tecnologia que só seria alcançado com a criação de uma universidade de padrão internacional que unificasse a elite intelectual em um único objetivo: o desenvolvimento do estado de São Paulo. Assim, em 25 de janeiro daquele ano era criada a Universidade de São Paulo (USP).

Neste mesmo ano, um carioca, formado em 1909 em engenharia civil na Escola Polytechnica, que viria a se integrar temporariamente (decreto que ainda não foi revogado!!) à Universidade de São Paulo, se juntou ao movimento em defesa dos direitos dos engenheiros, em face do desenvolvimento econômico que estava por vir.

Assim, no mesmo ano de criação da USP, Francisco Teixeira da Silva Telles, com mais 11 destacados nomes da engenharia paulista, liderou em 21 de setembro de 1934, o processo de criação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, tornando-se seu primeiro presidente e exerceu o mandato até 1952.

O sindicato passou por várias crises de identidades desde sua criação até passado recente, em face da multiplicidade de tipos de profissionais que passou por seus quadros, desde funcionários públicos a pequenos, médios e grandes empresários. No entanto, o pragmatismo do engenheiro superou todas estas dificuldades e o SEESP se tornou referência para a categoria em todo o País. A chegada do novo século foi um divisor de águas na história do sindicato. Para dar mais efetividade a suas ações, o SEESP e a FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) lançam o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Inspirador do PAC, este projeto se tornou o eixo principal da sua ação política e grandes contribuições à sociedade foram efetivadas.

Faltava, no entanto, um instrumento de integração com a sociedade, que pudesse congrega todas suas nuances – dos estudantes aos presidentes de grandes empresas – passando pelas universidades e pelo aparelho do estado, a fim de que, com estas entidades, fosse possível discutir a respeito dos

grandes desafios que o País enfrenta e ajudar na formação de políticas públicas cujo eixo é o desenvolvimento nacional através da competência da nossa engenharia.

O Conselho Tecnológico do SEESP, o qual coordeno desde 2008, é composto pelos mais relevantes “opinion-makers” de nosso estado. Este conselho, criado ainda nos anos 80, tornou-se a antena do sindicato para detectar os anseios da sociedade, no que se refere ao crescimento nacional por meio da tecnologia e, a partir daí, sugerir a quem de direito, ações discutidas por meio de um fórum qualificado de profissionais.

Estes 85 anos nos direcionam ao primeiro século da instituição e um novo movimento se aproxima. A aguardada recuperação econômica, que se espera que se concretize, exigirá uma “Engenharia Unida”, para que os erros do passado não voltem a nos assombrar em nossa trilha para o desenvolvimento.



JURANDIR FERNANDES

Presidente da Divisão da International Association of Public Transport (UITP) América Latina

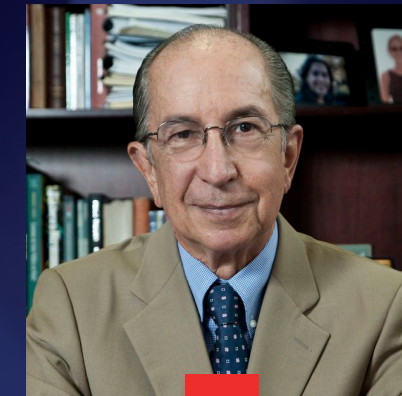
Em 1934, nascia o SEESP. Na época, três grandes narrativas se apresentavam à humanidade com a pretensão de explicar todo o passado e prever o futuro. O fascismo, o comunismo e o liberalismo. A primeira narrativa foi derrotada nos idos de 1945 e a segunda implodiu junto com a União Soviética no final dos anos 80. Considerava-se então que a narrativa liberal passaria a nos guiar para um mundo justo, equilibrado e sem opressores. Não é o que o século XXI tem apresentado. Muros econômicos e até mesmo físicos voltam à tona assim como barreiras protecionistas, resistência à imigração e crescente disparidade de renda. Desigualdades de raça e de gênero permanecem. Ranços nacionalistas reaparecem.

Nestes 85 anos, o SEESP participou e debateu sobre o impacto de todas estas grandes mudanças políticas ao lado de grandes transformações demográficas que tornaram o Brasil um dos

países mais urbanizados do planeta. Não custa lembrar que o SEESP nasceu num estado rural com menos de 6 milhões de habitantes e hoje maior que a maioria das nações da América Latina, com 45 milhões, e um PIB duas vezes maior que o da Argentina.

Foi no campo das ciências e da tecnologia que o SEESP se consolidou. Ao lado de seus milhares de engenheiros associados, praticou com rigor a defesa da profissão e da tecnologia nacional. Viu nascer nos anos 1960 a III Revolução Industrial impactando todas as cadeias produtivas, criando novas funções e ramos da engenharia. Vê-se agora no olho do furacão da IV Revolução Industrial, com impactos sobre toda a sociedade, numa velocidade e abrangência jamais vistas.

Com a pluralidade de seus membros, com a liberdade com que acolhe todos os debates e com a firmeza de seus propósitos é que o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo tem se mantido como um espaço de defesa, não só de seus profissionais e da engenharia nacional, mas principalmente da construção de um país justo e digno a todos que o escolheram para viver.



MARCOS CINTRA

Professor titular da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas (EAESP/FGV)

Os anos 30 foram um marco histórico para o desenvolvimento do Brasil. Nesse período iniciou-se uma transição socioeconômica de natureza estrutural. Começamos a sair de uma situação de base primário-exportadora em direção à industrialização e o número de pessoas vivendo em áreas rurais passou a declinar de modo acelerado em função dos deslocamentos de famílias inteiras aos centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

Nessa mesma época, precisamente em 1934, surge o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP) como entidade de representação de uma das categorias profissionais considerada como fundamental para o processo de desenvolvimento econômico. Ao longo desses 85 anos, marcados por períodos de prosperidade e profundas crises políticas e econômicas, o SEESP teve atuação ativa em prol do País, de seus associados e da engenharia nacional.

A engenharia brasileira é reconhecida internacionalmente. Profissionais de todos os segmentos da categoria contribuíram com dedicação e qualificação para a construção de uma base industrial diversificada no Brasil, cuja eficiência e produtividade sustentaram o avanço da produção doméstica acima de 7% ao ano entre meados dos anos 40 e início da década de 80, maior taxa mundial no período. A economia nacional dobrava de tamanho a cada 10 anos naquela época.

Além dos engenheiros ligados à indústria, cabe reconhecer também a atuação desses profissionais no segmento agropecuário, setor que hoje registra elevado grau de excelência na produção nacional. No âmbito da infraestrutura social e econômica a engenharia assumiu desafios com eficácia e eficiência na construção civil em razão de demandas urbanas e produtivas relacionadas à habitação, saneamento básico e meios de transporte.

A economia brasileira se modernizou de modo expressivo em meio à turbulência de natureza política e social entre os anos 30 e meados dos anos 80. Nesse período, a atuação do SEESP foi marcante e transformadora. Foi uma referência na luta dos engenheiros em um país em construção.

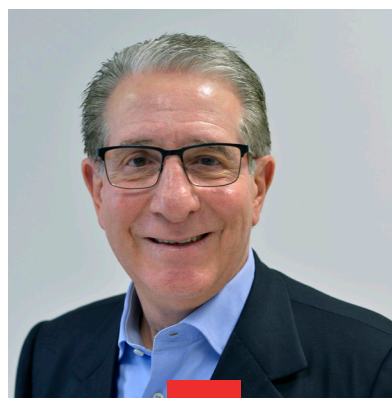
A partir do final da década de 80, o Brasil iniciou uma nova era e novos desafios surgiram. A economia precisava retomar o desenvolvimento econômico. Daquela época até hoje, períodos

de expansão não se sustentam em razão de entraves estruturais. O baixo crescimento levou um grande contingente de profissionais da engenharia para setores como o financeiro e administrativo, em detrimento de segmentos da produção e da infraestrutura.

Frente a esse quadro econômico, provocado por problemas estruturais, o SEESP tem um papel fundamental para o futuro do País. Acrescente-se a esse cenário o fato da economia mundial avançar com base em um ambiente digital no qual a engenharia tem papel de destaque.

A retomada do crescimento em sintonia com o mundo digital demanda reformas que se baseiam na eficiência do setor público, em um regime tributário adequado ao mundo informatizado e em investimentos em inovações tecnológicas. São aspectos imprescindíveis para o desenvolvimento sustentado cuja atuação do SEESP será decisiva como foi no passado.

A sociedade brasileira ainda tem um longo caminho pela frente em termos de desenvolvimento socioeconômico quando se tem como referência nações com elevada qualidade de vida, democracia robusta e economia pujante. Continuamos sendo um país em construção e com inúmeras oportunidades e a engenharia nacional é fator determinante nesse processo. O SEESP, que historicamente foi atuante em defesa de um ambiente democrático e de valorização dos profissionais da engenharia, certamente seguirá exercendo seu papel transformador.



ODAIR SENRA

Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP)

Em seus 85 anos de atividade, o SEESP tem desempenhado seu papel de representação dos engenheiros de São Paulo, com destaque para a prestação de serviços aos seus associados.

Nesta trajetória, o sindicato foi além e se envolveu no debate dos principais temas da agenda de desenvolvimento nacional. Sua participação foi expressiva no projeto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento", da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e seus sindicatos filiados.

Lançado em 2006 e sendo aperfeiçoado continuamente desde então, o projeto se propôs a apresentar propostas para um desenvolvimento sustentável que leve à inserção soberana do Brasil na globalização e ao bem-estar da população.

Inicialmente, o debate aconteceu por meio de 14 seminários nas cinco regiões do País, sobre temas como energia, saneamento, recursos hídricos e meio ambiente, transportes, comunicações, ciência e tecnologia e agricultura, resultando em um manifesto com propostas.

Nos anos seguintes, o projeto foi sendo incrementado com novas contribuições sobre temas como desenvolvimento urbano e de regiões metropolitanas, oportunidades abertas pela Copa de 2014, superação da crise econômica de 2014-2018 e industrialização.

A par destes méritos, outras ações do SEESP por vezes adquirem um viés político diferente daquele do SindusCon-SP e que não necessariamente reflete uma posição de consenso dos engenheiros paulistas.

Nesta ocasião festiva, o SindusCon-SP congratula o SEESP por seus 85 anos de existência e espera que a entidade siga exercendo sua representação de forma a expressar as aspirações do conjunto da categoria.



PAULO GUIMARÃES

Presidente Nacional da Mútua - Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea

No momento em que se comemora o aniversário do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, é imprescindível destacar a importância que sua atuação e história têm para o País. Há 85 anos, o SEESP vem defendendo e valorizando os profissionais – e, por consequência, a sociedade – com ações em benefício dos engenheiros dos mais diversos setores em todo o estado. Essa conduta coincide, em muito, com a missão da Mútua, a Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea, que tem como objetivo, há 42 anos, proporcionar qualidade de vida, por meio de benefícios e serviços aos profissionais da engenharia, agronomia e geociências.

E minha história de vida profissional, assim como a de tantos engenheiros, também converge para o SEESP. Desde os tempos de estudante, participava dos eventos do sindicato, na Delegacia

de Campinas, onde nasci e estudei. Também foi por meio do SEESP que participei, nos anos 80, de debates e encontros em defesa de movimentos como as “Diretas Já”, na sede da entidade, na Rua Genebra.

Já naquela época – participando do Programa do Crea-SP de Vivência Profissional, dirigido aos recém-formados –, considerava fundamentais as ações realizadas em defesa da engenharia nacional, atitude que se mantém no sindicato e na Federação Nacional dos Engenheiros até os dias de hoje, como é o caso do pioneiro projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, nascido em 2006 e que, atualmente, está em sua etapa sobre engenharia de manutenção, alertando quanto à importância da inspeção e conservação das estruturas existentes no País.

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo sempre esteve na vanguarda dos posicionamentos, na defesa das universidades públicas, da pesquisa, do desenvolvimento nacional, da engenharia unida e do projeto “Cresce Brasil”, que conta com o apoio da Mútua e de outras lideranças nacionais das áreas tecnológicas. O projeto valoriza a engenharia e os profissionais que, com qualidade e competência técnica, resolvem problemas e trazem respostas, na busca por construir um Brasil melhor.

Somos nós, profissionais da engenharia, que devemos promover cada vez mais o crescimento do País, considerando sempre uma engenharia mais humanizada, que respeite a dignidade das pessoas e preserve suas vidas.

Parabéns ao SEESP, que luta pela valorização dos profissionais, em respeito à sociedade e ao País!



VAHAN AGOPYAN

Professor titular da Escola Politécnica e Reitor da Universidade de São Paulo (USP)

Com a crescente especialização dos engenheiros, logo após a Segunda Grande Guerra, a profissão perdeu o reconhecimento que tinha na sociedade e a sua importância na comunidade. Em parte, a culpa foi nossa que, como profissionais, deixamos de oferecer soluções mais completas para as necessidades cada vez mais complexas. Pela nossa excessiva especialização perdemos a visão do conjunto e nos afastamos das decisões sociopolíticas centrais. Com isso, perdemos nós os engenheiros, que deixamos de ser protagonistas privilegiados na sociedade, e perdeu também a sociedade que não contou com a visão da engenharia e dos engenheiros para a solução dos seus problemas.

Essa visão mencionada refere-se à postura dos engenheiros em concentrar os esforços na produção, buscando sempre a inovação, a otimização dos processos, o aumento da produtividade, em

resumo, sendo um ator imprescindível para o desenvolvimento econômico e para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Nas últimas décadas, o Brasil sofreu por não se atentar a esses fatores e a não dar a oportunidade para a plena atuação desses profissionais.

Numa situação dessa, com o aviltamento da engenharia e dos engenheiros, o papel do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo tornou-se imprescindível, pois, além de acompanhar e proteger o trabalho dos profissionais, atuou como um defensor da engenharia.

O sindicato procurou discutir em sua sede e em outros ambientes os grandes temas nacionais, demonstrou a amplitude da engenharia para a solução desses problemas e propagou a necessidade da atuação dos profissionais para o desenvolvimento do nosso País. Mais recentemente, já com a liderança do eng. Murilo Pinheiro, junto com a Federação Nacional dos Engenheiros, a entidade está se dedicando com grande entusiasmo no projeto “Cresce Brasil”, uma proposta para a nação, onde a engenharia está presente, sempre ligada ao desenvolvimento.

O nosso sindicato não teve uma atuação apenas corporativista, procurou e atuou intensamente na proteção da profissão, para o desenvolvimento do Brasil. Parabéns SEESP e as suas lideranças, que sempre honraram a classe.



ANEXOS

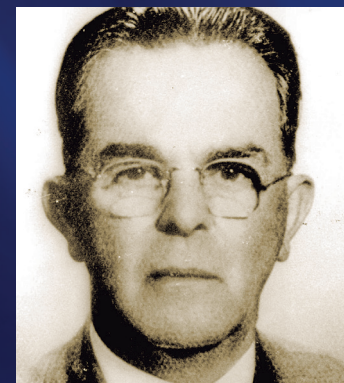
CAPÍTULO

6

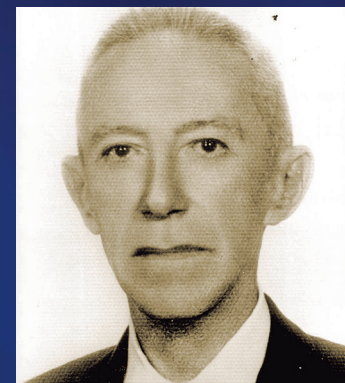
GALERIA DOS EX-PRESIDENTES



ENG. FRANCISCO
TEIXEIRA DA SILVA TELLES
1934-1952



ENG. MARIO FREIRE
1952-1954



ENG. CHRISTIANO
CARNEIRO
1954-1956



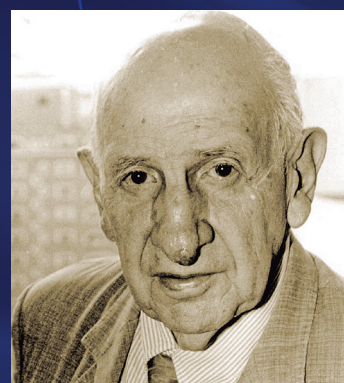
ENG. ANTONIO
OCTAVIANO
1983-1986



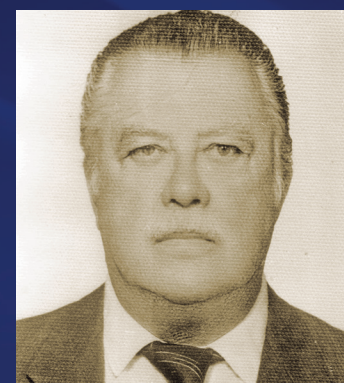
ENG. ALLEN HABERT
1986-1989



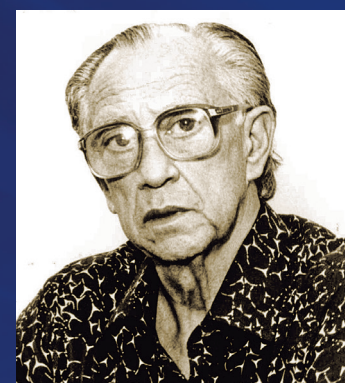
ENG. RUTÊNIO GURGEL
BASTOS
1989-1992



ENG. LUIZ LINS DE
VASCONCELLOS NETO
1956-1960



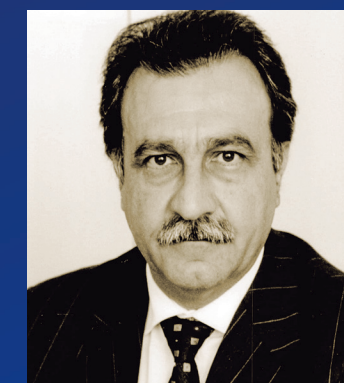
ENG. CYRO PEIXOTO
SANTOS
1960-1980



ENG. HORÁCIO ORTIZ
1980-1983



ENG. ESDRAS
MAGALHÃES DOS
SANTOS FILHO
1992-1995



ENG. UBIRAJARA
TANNURI FELIX
1995-1998



ENG. PAULO TROMBONI
DE SOUZA NASCIMENTO
1998-2001

DIRETORIAS



1ª DIRETORIA 1934-1936

Presidente: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Secretário: Eng. Francisco Azevedo
Tesoureiro: Eng. Guilherme Hernesto Winter

CONSELHO FISCAL

Eng. Hippolito Gustavo Pujol Junior
Eng. Oscar de Paula Bernardes
Eng. Archimedes de Barros Pimentel



2ª DIRETORIA 1936-1938

Presidente: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Secretário: Eng. Guilherme Hernesto Winter
Tesoureiro: Eng. Francisco Azevedo

CONSELHO FISCAL

Eng. Hippolito Gustavo Pujol Junior

Eng. Oscar de Paula Bernardes

Eng. Archimedes de Barros Pimentel



3ª DIRETORIA 1938-1942

Presidente: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Secretário: Eng. Guilherme Hernesto Winter
Tesoureiro: Eng. Francisco Azevedo

CONSELHO FISCAL

Eng. Hippolito Gustavo Pujol Junior
Eng. Oscar de Paula Bernardes
Eng. Archimedes de Barros Pimentel



4ª DIRETORIA 1942-1945

Presidente: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Secretário: Eng. Rodrigo Cláudio Silva
Tesoureiro: Eng. Francisco Azevedo

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Henrique Pegado
Eng. Plínio Botelho do Amaral
Eng. Ary Albuquerque

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Mario Freire
Titular: Eng. Guilherme Hernesto Winter
Titular: Eng. Oscar de Paula Bernardes
Suplente: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Suplente: Eng. João Soares do Amaral Netto
Suplente: Eng. Zeferino F. Velloso



5ª DIRETORIA 1945-1952

Presidente: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Secretário: Eng. Ulysses Paes de Barros
Tesoureiro: Eng. Francisco Azevedo

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Henrique Pegado
Eng. Plínio Botelho do Amaral
Eng. Antonio Prudente de Moraes (faleceu antes de tomar posse)

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Mario Freire
Titular: Eng. Guilherme Hernesto Winter
Titular: Eng. Eurico Bastos Guimarães
Suplente: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Suplente: Eng. João Soares do Amaral Netto



6ª DIRETORIA 1952-1954

Presidente: Eng. Mario Freire
Secretário: Eng. Eduardo Marcos Monteiro
Tesoureiro: Eng. Heitor Pimentel Portugal

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Christiano Carneiro Ribeiro da Luz Junior
Eng. Dacio Aguiar de Moraes Junior
Eng. Eurico Bastos Guimarães

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Titular: Eng. João Caetano Álvares Junior
Titular: Eng. Álvaro Pereira de Souza Lima
Suplente: Eng. Francisco Azevedo
Suplente: Eng. Brenno Tavares
Suplente: Eng. João Soares do Amaral Netto



7ª DIRETORIA 1954-1956

Presidente: Eng. Christiano Carneiro Ribeiro da Luz Junior
Secretário: Eng. João Soares do Amaral Netto
Tesoureiro: Eng. Brenno Tavares

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Eng. Ary Albuquerque
Eng. Luiz Fernando do Amaral

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Mario Freire
Titular: Eng. Heitor Pimentel Portugal
Titular: Eng. Eduardo Marcos Monteiro
Suplente: Eng. Plínio Botelho do Amaral
Suplente: Eng. Eurico Bastos Guimarães
Suplente: Eng. Dacio Aguiar de Moraes Junior



8ª DIRETORIA 1956-1958

Presidente: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Secretário: Eng. João Soares do Amaral Netto
Tesoureiro: Eng. Célio Sampaio de Freitas

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Eng. Ary Albuquerque
Eng. Luiz Fernando do Amaral

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Brenno Tavares
Titular: Eng. Heitor Pimentel Portugal
Titular: Eng. Plínio Botelho Amaral
Suplente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Suplente: Eng. Eurico Bastos Guimarães
Suplente: Eng. Ulysses Paes de Barros

9ª DIRETORIA 1958-1960

Presidente: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Secretário: Eng. Helio Martins de Oliveira
Tesoureiro: Eng. Mario Freire Filho

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Eduardo de Souza Queiroz
Eng. Cyro Peixoto Santos
Eng. Christiano Stockler das Neves Filho

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Dacio Aguiar de Moraes Junior
Titular: Eng. Eduardo Marcos Monteiro
Titular: Eng. Paulo Freire de Mattos Barreto
Suplente: Eng. Paulo Dias da Silva
Suplente: Eng. Udo Riedel
Suplente: Eng. Moacyr Ladeira

10ª DIRETORIA 1960-1962

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Secretário: Eng. Christiano Stockler das Neves Filho
Tesoureiro: Eng. Helio Martins de Oliveira

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Eduardo de Souza Queiroz
Eng. Eduardo Marcos Monteiro
Eng. Paulo Freire de Mattos Barreto

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Dacio Aguiar de Moraes Junior
Titular: Eng. Paulo Dias da Silva
Titular: Eng. Udo Riedel
Suplente: Eng. Moacyr Ladeira
Suplente: Eng. Ulysses Paes de Barros
Suplente: Eng. José Rastelli de Menezes

11ª DIRETORIA 1962-1964

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Secretário: Eng. Alexandre D’Alessandro
Tesoureiro: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Archimedes de Barros Pimentel
Eng. Guaracy Adiron Ribeiro
Eng. José Caetano Abreu

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Firmino Rocha de Freitas
Titular: Eng. João Caetano Álvares Junior
Titular: Eng. João Soares do Amaral Netto
Suplente: Eng. Arthur Farina
Suplente: Eng. Isaac Jardimovski
Suplente: Eng. Paulo Lanari do Val

12ª DIRETORIA 1964-1966

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Secretário: Eng. Jacintho Cláudio Morelli
Tesoureiro: Arq. Fernando Martins Gomes

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Arthur Farina
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Jacob Bedrikow

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. João Soares do Amaral Netto
Titular: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Titular: Eng. Mario Freire Filho
Suplente: Arq. Ricardo Gomes Caron
Suplente: Eng. Moyses Gelernter
Suplente: Eng. Paulo Adiron Ribeiro

13ª DIRETORIA 1966-1968

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Secretário: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Tesoureiro: Eng. Ary Albuquerque

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Glauco D’ Alessandro
Eng. Isaac Jardimovski

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. João Soares do Amaral Netto
Titular: Eng. Helio Martins de Oliveira
Titular: Eng. Fabio Pereira Bueno
Suplente: Eng. Moyses Gelernter
Suplente: Eng. Paulo Adiron Ribeiro

14ª DIRETORIA 1968-1970

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Vice-presidente: Eng. Ary Albuquerque
1º Secretário: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
2º Secretário: Eng. Glauco D’ Alessandro
1º Tesoureiro: Arq. Fernando Martins Gomes
2º Tesoureiro: Eng. Paulo Lanari do Val

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Mario Freire Filho
Eng. Djalma Descio
Eng. Pedro Nicolau Ricci
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Fabio Pereira Bueno
Eng. Walter Paciullo

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Pedro Brewel Junior
Titular: Eng. Helio Martins de Oliveira
Titular: Eng. Moyses Gelernter
Suplente: Eng. Sergio Fernando da Silva Ribeiro
Suplente: Eng. Filelfo Maglioca
Suplente: Eng. Jacintho Cláudio Morelli

REPRESENTANTES NA FNE

Titular: Eng. Cyro Peixoto Santos
Titular: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Suplente: Eng. Glauco D’ Alessandro
Suplente: Eng. Ary Albuquerque

15ª DIRETORIA 1970-1972

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Vice-presidente: Eng. Ary Albuquerque
1º Secretário: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
2º Secretário: Eng. Glauco D’ Alessandro
1º Tesoureiro: Eng. Fernando Antonio Pedreira
2º Tesoureiro: Eng. Paulo Lanari do Val

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Mario Freire Filho
Eng. Djalma Descio
Eng. Pedro Nicolau Ricci
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Fabio Pereira Bueno
Eng. Walter Paciullo

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Pedro Brewel Junior
Titular: Eng. Helio Martins de Oliveira
Titular: Eng. Moyses Gelernter
Suplente: Eng. Sergio Fernando da Silva Ribeiro
Suplente: Eng. Filelfo Maglioca
Suplente: Eng. Jacintho Cláudio Morelli

REPRESENTANTES NA FNE

Titular: Eng. Cyro Peixoto Santos
Titular: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Suplente: Eng. Glauco D’ Alessandro
Suplente: Eng. Ary Albuquerque

16ª DIRETORIA 1972-1974

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Vice-presidente: Eng. Ary Albuquerque
1º Secretário: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
2º Secretário: Eng. Glauco D’ Alessandro
1º Tesoureiro: Eng. Fernando Antonio Pedreira
2º Tesoureiro: Eng. Paulo Lanari do Val

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Mario Freire Filho
Eng. Djalma Descio
Eng. Pedro Nicolau Ricci
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Fabio Pereira Bueno
Eng. Wilson Marques

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Pedro Brewel Junior
Titular: Eng. Helio Martins de Oliveira
Titular: Eng. Moyses Gelernter
Suplente: Eng. Paulo Novack Filho

Suplente: Eng. Filelfo Maglioca
Suplente: Eng. Jacintho Cláudio Morelli

REPRESENTANTES NA FNE

Titular: Eng. Cyro Peixoto Santos
Titular: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Suplente: Eng. Glauco D’ Alessandro
Suplente: Eng. Ary Albuquerque

17ª DIRETORIA 1974-1977

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Vice-presidente: Eng. Ary Albuquerque
1º Secretário: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
2º Secretário: Eng. Glauco D’ Alessandro
1º Tesoureiro: Eng. Fernando Antonio Pedreira
2º Tesoureiro: Eng. Paulo Lanari do Val

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Mario Freire Filho
Eng. Djalma Descio
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Moyses Gelernter
Eng. Henrique Hirschfeld
Eng. Fabio Pereira Bueno

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Pedro Brewel Junior
Titular: Eng. Helio Martins de Oliveira
Titular: Eng. Gil Franco da Rosa
Suplente: Eng. José Luiz Naves Fernandes
Suplente: Eng. Filelfo Maglioca
Suplente: Eng. Wilson Marques

REPRESENTANTES NA FNE

Titular: Eng. Cyro Peixoto Santos

Titular: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Suplente: Eng. Glauco D’ Alessandro
Suplente: Eng. Ary Albuquerque

18ª DIRETORIA 1977-1980

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Vice-presidente: Eng. Ary Albuquerque
1º Secretário: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
2º Secretário: Eng. Glauco D’ Alessandro
1º Tesoureiro: Eng. Fernando Antonio Pedreira
2º Tesoureiro: Eng. Paulo Lanari do Val

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Mario Freire Filho
Eng. Djalma Descio
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Moyses Gelernter
Eng. Henrique Hirschfeld
Eng. Fabio Pereira Bueno

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Pedro Brewel Junior
Titular: Eng. Helio Martins de Oliveira
Titular: Eng. Gil Carlos Franco da Rosa
Suplente: Eng. José Luiz Neves Fernandes
Suplente: Eng. Filelfo Maglioca
Suplente: Eng. Wilson Marques

REPRESENTANTES NA FNE

Titular: Eng. Cyro Peixoto Santos
Titular: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Suplente: Eng. Glauco D’ Alessandro
Suplente: Eng. Ary Albuquerque

19ª DIRETORIA 1980-1983

Presidente: Eng. Horácio Ortiz

Vice-presidente: Eng. Cid Barbosa Lima Junior
1º Secretário: Eng. Luis Dias Ferreira
2º Secretário: Eng. Eduardo Albertin
1º Tesoureiro: Eng. Antonio Marsiglia Neto
2º Tesoureiro: Eng. Hilton Barlach

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Jacob Teubl
Eng. Roberto Ribeiro dos Santos
Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Eng. Geraldo Leite
Eng. José Augusto Ramos Soares
Eng. Allen Habert

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Wolfgang Steim
Titular: Eng. José Ivandro Dourado Rodrigues
Titular: Eng. Candido Pinto de Melo
Suplente: Eng. Antonio de Souza
Suplente: Eng. Clara Emilia Lima Hartmann
Suplente: Eng. Samuel Ribeiro Giordano

REPRESENTANTES NA FNE

Titular: Eng. Francisco Marsiglia
Titular: Eng. Antonio Octaviano
Suplente: Eng. Antonio Luis Rigo
Suplente: Eng. Ald Lommez

20ª DIRETORIA 1983-1986

Presidente: Eng. Antonio Octaviano
1º Vice-presidente: Eng. Horácio Ortiz
2º Vice-presidente: Eng. Antonio Marsiglia Neto
1º Secretário: Eng. Alceu Bittencourt
2º Secretário: Eng. André Monteiro de Fazio
1º Tesoureiro: Eng. Candido Pinto de Melo
2ª Tesoureira: Eng. Dirce Maria do Amaral

Eng. Antonio Luiz Augusto de Carvalho
Eng. Silvana Guarnieri
Eng. Carlos Augusto
Eng. Alceu Sampaio de Araújo
Eng. Felix Wakrat

DIRETORES REGIONAIS

Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
Eng. José Roberto Sant’ Anna
Eng. Ricardo José Coelho Lessa
Eng. Roberto Barilari de Freitas
Eng. José Everaldo Vanzo
Eng. Raul Ferreira Bartholo
Eng. José Elias de Paiva Junior
Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy
Eng. José Carlos Nunes Barreto

REPRESENTANTES NA FNE

Titular: Eng. Antonio Octaviano
Titular: Eng. Tomas Antonio Rocha de Abreu
Suplente: Eng. José Luiz Ferrari
Suplente: Eng. Luiz Carlos Baptista

24ª DIRETORIA 1995-1998

Presidente: Eng. Ubirajara Tannuri Felix
Vice-presidente: Eng. Murilo C. de Campos Pinheiro
Vice-presidente: Eng. Tomás A. Rocha de Abreu
Vice-presidente: Eng. José Elias de Paiva Junior
Vice-presidente: Eng. Ivo Antonio Clemente
1º Secretário: Eng. Carlos Marques Mendes André
2º Secretário: Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
1º Tesoureiro: Eng. Paulo Tromboni de Souza Nascimento
2º Tesoureiro: Eng. Sergio Fernando Santos Gazire

SUPLENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Eng. Henrique Monteiro Alves
Eng. Rita de Cássia Pinheiro Ceccaroni
Eng. Felix Wakrat
Eng. Alfredo Nocera Filho
Eng. José Henrique Jordani

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Laerte Conceição Mathias de Oliveira
Titular: Eng. José Soares Pimentel
Titular: Eng. Raul Ferreira Bartholo
Suplente: Eng. Aldo Giannini
Suplente: Eng. João Carlos Pasqualini
Suplente: Eng. Henrique Di Santoro Junior

REPRESENTANTES NA FNE

Titular: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
Titular: Eng. Geraldo Hernandes Domingues
Suplente: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Suplente: Eng. Luís Américo Magri

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Ivan Carlos Regina
Eng. Auro Doyle Sampaio
Eng. Nelson de Oliveira Matheus Junior
Eng. Nelson Luiz Stábile
Eng. Fernando Palmezan Neto
Eng. Mario Roberto Scoss

DIRETORES REGIONAIS

Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
Eng. Pedro Shigueru Katayama
Eng. Sergio de Moraes Salles
Eng. Nivaldo Alceu Faidiga

Eng. Antonio Carlos dos Santos
Eng. Newton Guenaga Filho
Eng. Marcos Peres Barros
Eng. Jair José de Almeida
Eng. Luiz Edson de Castro Filho

25ª DIRETORIA 1998-2001

Presidente: Eng. Paulo Tromboni de Souza Nascimento
Vice-presidente: Eng. Carlos dos Santos
Vice-presidente: Eng. Celso Atienza
Vice-presidente: Eng. José Elias de Paiva Junior
Vice-presidente: Eng. Murilo C. de Campos Pinheiro
Vice-presidente: Eng. Sergio Fernando Santos Gazire
Vice-presidente: Eng. Ubirajara Tannuri Felix
Diretor 1º Tesoureiro: Eng. João Paulo Dutra
Diretor 2º Tesoureiro: Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
Diretor 3º Tesoureiro: Eng. Luís Américo Magri
Diretora 1ª Secretária: Eng. Maria Célia R. Sapucahy
Diretor 2º Secretário: Eng. Henrique Monteiro Alves
Diretor 3º Secretário: Eng. Nelson de Oliveira Matheus Junior

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Antonio Octaviano
Titular: Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
Titular: Eng. Henrique Di Santoro Junior
Suplente: Eng. João Carlos Pasqualini
Suplente: Eng. Luiz Edson de Castro Filho
Suplente: Eng. Rita de Cássia Pinheiro Ceccaroni

REPRESENTANTES NA FNE

Titular: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
Titular: Eng. Laerte Conceição Mathias de Oliveira
Suplente: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Suplente: Eng. Sebastião Melin Aburjeli

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Arnaldo Luiz Borges
Eng. Carlos Marques Mendes André
Eng. Evando Reis
Eng. Felix Wakrat
Eng. Feres Mohamad Amin
Eng. Fernando Palmezan Neto
Eng. Geraldo Hernandes Domingues
Eng. Ivo Antonio Clemente
Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
Eng. Jorge Moya Diez
Eng. José Everaldo Vanzo
Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Luís Carlos Baptista
Eng. Luiz Carlos de Alcântara
Eng. Luiz Felipe Pacheco de Araújo
Eng. Marcos Peres Barros
Eng. Nercy Donini Bonato
Eng. Neusa Maria Trauzolla
Eng. Sergio de Moraes Salles
Eng. Simão Marum Filho
Eng. Tomás Antonio Rocha de Abreu
Eng. Velfrides Antonio Barreto

26ª DIRETORIA 2001-2005

Presidente: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Vice-presidente: Eng. Carlos A. Guimarães Garcez
Vice-presidente: Eng. Celso Atienza
Vice-presidente: Eng. Henrique Monteiro Alves
Vice-presidente: Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
Vice-presidente: Eng. João Paulo Dutra
Vice-presidente: Eng. Paulo T. de Souza Nascimento
Diretor 1º Secretário: Eng. Antonio Roberto Martins
Diretor 2º Secretário: Eng. Laerte Conceição Mathias de Oliveira
Diretor 3º Secretário: Eng. Sérgio Fernando Santos Gazire

Diretor 1º Tesoureiro: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
Diretor 2º Tesoureiro: Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
Diretora 3ª Tesoureira: Eng. Nercy Donini Bonato

REPRESENTANTES NA FNE

Titular: Eng. Fernando Palmezan Neto
Titular: Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy
Suplente: Eng. Allen Habert
Suplente: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Álvaro Martins
Eng. Carlos Roberto Dias
Eng. Cid Barbosa Lima Junior
Eng. Edilson Reis
Eng. Felix Wakrat
Eng. Feres Mohamad Amin
Eng. Geraldo Hernandez Domingues
Eng. João Carlos Pasqualini
Eng. Jorge Moya Diez
Eng. José Antonio Marques Almeida
Eng. José Istenes Eses Filho
Eng. José Mario Sarilho
Eng. José Soares Pimentel
Eng. Jurij Solski
Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Luiz Carlos de Souza
Eng. Manuel Carlos de Moraes Guerra
Eng. Mario Luiz Donato
Eng. Nelson Luiz Stábile
Eng. Sergio de Moraes Salles
Eng. Sergio Henrique da Silva Neves
Eng. Simão Marum Filho
Eng. Telma Maria Gorgulho Pereira
Eng. Ubirajara Tannuri Felix

CONSELHO FISCAL

Titular: Eng. Antonio Octaviano
Titular: Eng. Henrique Di Santoro Junior
Titular: Eng. José Manoel Teixeira
Suplente: Eng. Luiz Felipe Pacheco de Araújo
Suplente: Eng. Osvaldo Passadore Junior
Suplente: Eng. Rita de Cássia Pinheiro Ceccaroni

27ª DIRETORIA 2006-2009

Presidente: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Vice-presidente: Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
Vice-presidente: Eng. Celso Atienza
Vice-presidente: Eng. Henrique Monteiro Alves
Vice-presidente: Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
Vice-presidente: Eng. João Paulo Dutra
Vice-presidente: Eng. Laerte C. Mathias de Oliveira
Diretor 1º Tesoureiro: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
Diretor 2º Tesoureiro: Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
Diretor 3º Tesoureiro: Eng. Marcos Wanderley Ferreira
Diretor 1º Secretário: Eng. Antonio Roberto Martins
Diretor 2º Secretário: Eng. Fernando Palmezan Neto
Diretor 3º Secretário: Eng. Paulo Tromboni de Souza Nascimento

REPRESENTANTES NA FNE

Titular: Eng. Allen Habert
Titular: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Suplente: Eng. Ubirajara Tannuri Felix
Suplente: Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy

CONSELHO FISCAL

Eng. Antonio Octaviano
Eng. Jorge Moya Diez
Eng. José Manoel Teixeira
Eng. Luiz Felipe Pacheco de Araújo

Eng. Osvaldo Passadore Junior
Eng. Renato Becker

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Álvaro Martins
Eng. Augusto Carlos Vilhena Neto
Eng. Balmes Vega Garcia
Eng. Carlos Roberto Dias
Eng. Cid Barbosa Lima Junior
Eng. Edilson Reis
Eng. Felix Wakrat
Eng. Feres Mohamad Amin
Eng. Geraldo Hernandez Domingues
Eng. Henrique Di Santoro Junior
Eng. José Antonio Marques Almeida
Eng. José Istenes Eses Filho
Eng. José Mario Sarilho
Eng. José Soares Pimentel
Eng. Jurij Solski
Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Mahmoud Hassan Ali Hussein
Eng. Manuel Carlos de Moraes Guerra
Eng. Mario Luiz Donato
Eng. Nelson Corrêa Granja
Eng. Nelson Luiz Stábile
Eng. Nercy Donini Bonato
Eng. Sergio de Moraes Salles
Eng. Sergio Henrique da Silva Neves
Eng. Simão Marum Filho

28ª DIRETORIA 2010-2014

Presidente: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Vice-presidente: Eng. Carlos A. Guimarães Garcez
Vice-presidente: Eng. Celso Atienza
Vice-presidente: Eng. Henrique Monteiro Alves

Vice-presidente: Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
Vice-presidente: Eng. João Paulo Dutra
Vice-presidente: Eng. Laerte C. Mathias de Oliveira
1º Secretário: Eng. Fernando Palmezan Neto
2º Secretário: Eng. Antonio Roberto Martins
3º Secretário: Eng. Edilson Reis
1º Tesoureiro: Eng. Esdras M. dos Santos Filho
2º Tesoureiro: Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
3º Tesoureiro: Eng. Marcos Wanderley Ferreira

CONSELHO FISCAL

Eng. Antonio Octaviano
Eng. Jorge Moya Diez
Eng. José Manoel Teixeira
Eng. Luiz Felipe Pacheco Araújo
Eng. Osvaldo Passadore Junior
Eng. Renato Becker

REPRESENTANTES NA FNE

Titular: Eng. Allen Habert
Titular: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Suplente: Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy
Suplente: Eng. Ubirajara Tannuri Felix

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Álvaro Martins
Eng. Balmes Vega Garcia
Eng. Carlos Roberto Dias
Eng. Dalton Edson Messa
Eng. Danilo Grimaldi
Eng. Emerson Sampieri Burneiko
Eng. Emiliano Stanislau Affonso Neto
Eng. Feres Mohamad Amin
Eng. Geraldo Hernandez Domingues
Eng. Henrique Di Santoro Junior

Eng. Jayme de Oliveira Bezerra Nunes
Eng. José Antonio Marques de Almeida
Eng. Jurij Solski
Eng. Mario Luiz Donato
Eng. Milson Cesar Pagliarini
Eng. Nelson Luiz Stábile
Eng. Nercy Donini Bonato
Eng. Paulo Tromboni de Souza Nascimento
Eng. Ricardo Gomes Goulart
Eng. Suzie Helena Herrera
Eng. Yoshihide Uemura

■ 29ª DIRETORIA 2014-2017

Presidente: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Vice-presidente: Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
Vice-presidente: Eng. Celso Atienza
Vice-presidente: Eng. Henrique Monteiro Alves
Vice-presidente: Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
Vice-presidente: Eng. João Paulo Dutra
Vice-presidente: Eng. Marcos Wanderley Ferreira
Diretor 1º Secretário: Eng. Fernando Palmezan Neto
Diretor 2º Secretário: Eng. Antonio Roberto Martins
Diretor 3º Secretário: Eng. Edilson Reis
Diretor 1º Tesoureiro: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
Diretor 2º Tesoureiro: Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
Diretor 3º Tesoureiro: Eng. Álvaro Luiz Dias de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Eng. Danilo Grimaldi
Eng. Jorge Moya Diez
Eng. José Manoel Teixeira
Eng. Luciano Alberto Gibelli David
Eng. Osvaldo Passadore Junior
Eng. Renato Becker

REPRESENTANTES NA FNE

Titular: Eng. Allen Habert
Titular: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Suplente: Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy
Suplente: Eng. Ubirajara Tannuri Felix

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Álvaro Martins
Eng. Antonio Augusto Kalvan
Eng. Balmes Vega Garcia
Eng. Dalton Edson Messa
Eng. Emerson Sampieri Burneiko
Eng. Emiliano Stanislau Affonso Neto
Eng. Feres Mohamad Amin
Eng. Geraldo Hernandez Domingues
Eng. Henrique Di Santoro Junior
Eng. Jorge Joel de Faria Souza
Eng. José Antonio Marques Almeida
Eng. José Roberto Sant’Anna
Eng. Jurij Solski
Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Milson Cesar Pagliarini
Eng. Nelson Correa Granja
Eng. Nelson Luiz Stábile
Eng. Ricardo Gomes Goulart
Eng. Simão Marum Filho
Eng. Yoshihide Uemura

■ 30ª DIRETORIA 2018-2021

Presidente: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Vice-presidente: Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
Vice-presidente: Eng. Celso Atienza
Vice-presidente: Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
Vice-presidente: Eng. Marcos Wanderley Ferreira
Vice-presidente: Eng. Newton Güenaga Filho
Vice-presidente: Eng. João Paulo Dutra
Diretor 1º Secretário: Eng. Fernando Palmezan Neto

Diretor 2º Secretário: Eng. Edílson Reis
Diretor 3º Secretário: Eng. Antonio Roberto Martins
Diretor 1º Tesoureiro: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
Diretor 2º Tesoureiro: Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
Diretor 3º Tesoureiro: Eng. Henrique Monteiro Alves

CONSELHO FISCAL

Eng. Danilo Grimaldi
Eng. Jorge Moya Diez
Eng. José Manoel Teixeira
Eng. Luciano Alberto Gibelli David
Eng. Osvaldo Passadore Junior
Eng. Gley Rosa

REPRESENTANTES NA FNE

Eng. Allen Habert
Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy
Eng. Ubirajara Tannuri Felix

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Antonio Augusto Kalvan
Eng. Antonio Fioravanti
Eng. Balmes Vega Garcia
Eng. Carlos Eduardo de Lacerda e Silva
Eng. Cesar Augusto Sabino Mariano
Eng. Dalton Edson Messa
Eng. Emerson Sampieri Burneiko
Eng. Emiliano Stanislau Affonso Neto
Eng. Feres Mohamad Amin
Eng. Francisco de Assis Souza Dantas
Eng. Frederico Jun Okabayashi
Eng. Geraldo Hernandez Domingues
Eng. Henrique Di Santoro Junior
Eng. Jorge Joel Faria de Souza
Eng. José Antonio Marques de Almeida

Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Luiz Antonio Pellegrini Bandini
Eng. Marcondes de Oliveira Buarque
Eng. Milson Cesar Pagliarini
Eng. Nelson Correa Granja
Eng. Nelson Luiz Stábile
Eng. Nestor Soares Tupinambá
Eng. Renato Becker
Eng. Ricardo Gomes Goulart
Eng. Victor Manuel de Almeida Seabra de Vasconcelos

PRESIDENTES DAS DELEGACIAS SINDICAIS

Alta Mogiana – Eng. Nelson Martins da Costa
Alto Tietê – Eng. Mário Edison Picchi Gallego
Araçatuba – Eng. José Maria Morandini Paoliello
Araraquara – Eng. Mario Luiz Donato
Baixada Santista – Eng. Álvaro Luiz Dias de Oliveira
Barretos – Eng. Luiz Antônio Moreira Salata
Bauru – Eng. Luiz Roberto Pagani
Botucatu – Eng. Nivaldo José Cruz
Campinas – Eng. Antonio Areias Ferreira
Franca – Eng. Marcos Aurélio Garcia
Grande ABC – Eng. Silvio Teixeira Cardoso
Guaratinguetá – Eng. Gerson Prado Galhano
Jacareí – Eng. Roberto Benedito Requena Juvele
Jundiaí – Eng. José Augusto de Moraes
Lins – Eng. Juliano Munhoz Beltani
Marília – Eng. Carlos Shiniti Saito
Pindamonhangaba – Eng. André Sierra Filho
Piracicaba – Eng. Walter Antonio Beccaro
Presidente Prudente – Eng. Manuel Carlos de Moraes Guerra
Rio Claro – Eng. Francesco Rotolo
São Carlos – Eng. Miguel Guzzardi Filho
São José do Rio Preto – Eng. Amaury Hernandez
São José dos Campos – Eng. Odair Bucci
Sorocaba – Eng. Fátima Aparecida Blockwitz
Taubaté – Eng. Breno Botelho Ferraz Amaral Gurgel



FICHAS TÉCNICAS

CAPÍTULO





SABESP

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

Benedito Braga
Diretor-presidente

Adriano Stringhini
Diretor de Gestão Corporativa

Paulo Massato Yoshimoto
Diretor Metropolitano

Ricardo Borsari
Diretor de Sistemas Regionais

Edison Airoidi
Diretor de Tecnologia,
Empreendimentos e Meio
Ambiente

Rui de Britto Álvares Affonso
Diretor Econômico Financeiro e de
Relação com Investidores

HISTÓRICO

Fundada em 1973, a Sabesp é responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos de 371 municípios paulistas. É considerada a quarta maior empresa de saneamento do mundo em população atendida: 28 milhões de pessoas abastecidas com água (25 milhões atendidas diretamente mais três milhões atendidos no atacado) e 22 milhões de pessoas com coleta de esgoto. Possui 14.213 funcionários e está listada no Novo Mercado B3 e Bolsa de Nova Iorque.

MISSÃO

Prestar serviços de saneamento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente.

PRODUTOS

Fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos. Produção de água de reuso e tratamento de esgotos não domésticos.

55 11 3388-8000
www.sabesp.com.br



"O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo tem realizado nestes 85 anos um papel fundamental na liderança e na defesa dos seus associados. A Sabesp tem o orgulho de contar nos seus quadros com profissionais de extrema excelência e dedicação e de ser uma parceira constante do SEESP. Parabéns ao Sindicato e aos profissionais da Engenharia, responsáveis por planejar os caminhos para o futuro, transformar sonhos em realidade e, através da melhor técnica, construir o mundo à nossa volta."



ISA CTEEP

DIRETORIA

Presidente
César Augusto Ramirez Rojas

Diretor de Relações
Institucionais
Rafael Falcão Noda

Diretor de Projetos
Weberson Eduardo Guioto Abreu

Diretor Técnico
Carlos Ribeiro

Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores
Alessandro Gregori Filho

Gerente de Comunicação e
Sustentabilidade
Elizabeth Oliveira Pereira Campos

HISTÓRICO

A ISA CTEEP atua em 17 estados brasileiros, responsável pela transmissão de cerca de 25% da energia produzida no País. Possui 18.642 km de linhas e 65.900 MVA de capacidade de transformação. A empresa foi criada em 1999 através dos ativos de transmissão da CESP e Eletropaulo. A companhia foi privatizada em 2006 e o grupo ISA tornou-se a nova controladora. Nos anos seguintes, a companhia foi reconhecida como uma das Melhores Empresa para Trabalhar do Brasil, segundo o *ranking* da GPTW, por quatro anos consecutivos. Em 2017, foi eleita a melhor empresa de energia do Brasil, na premiação das “Melhores e Maiores 2017”, organizada pela revista Exame. No ano seguinte, foi premiada com o “Troféu Transparência 2018”, considerado o “Oscar da Contabilidade”. Atualmente, a empresa continua no processo de crescimento e expansão pelo Brasil.

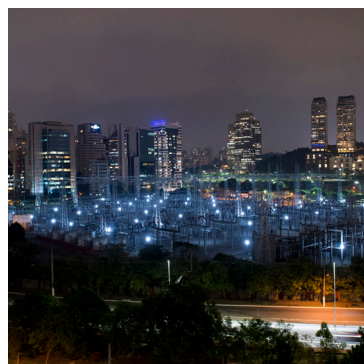
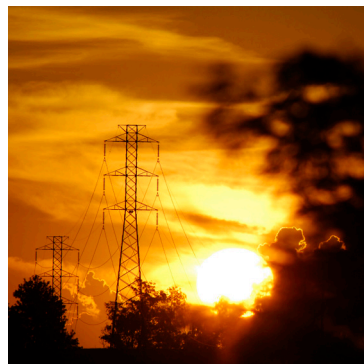
MISSÃO

A ISA CTEEP tem como missão operar, manter e expandir sistemas de transmissão de energia elétrica com excelência na prestação de serviços, baseada no desenvolvimento do capital humano e na capacidade de inovação, para criar valor para nossos acionistas e demais *stakeholders* e contribuir para o desenvolvimento sustentável do negócio.

PRODUTOS

Transmissão de energia.

isactEEP@isactEEP.com.br
+55 (11) 3138-7000
www.isactEEP.com.br



DIRETORIA – GESTÃO 2018-2021

PRESIDENTE

Murilo Celso de Campos Pinheiro

VICE-PRESIDENTES

João Carlos Gonçalves Bibbo
Celso Atienza
Carlos Alberto Guimarães Garcez
Marcos Wanderley Ferreira
Newton Guenaga Filho
João Paulo Dutra

SECRETÁRIOS

Fernando Palmezan Neto
Edílson Reis
Antonio Roberto Martins

TESOUREIROS

Esdras Magalhães dos Santos Filho
Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
Henrique Monteiro Alves

CONSELHO FISCAL

Danilo Grimaldi
Jorge Moya Diez
José Manoel Teixeira
Luciano Alberto Gibelli David
Osvaldo Passadore Júnior
Gley Rosa

REPRESENTANTES NA FNE

Allen Habert
Antonio Carlos Therezo Mattos
Maria Célia Ribeiro Sapucahy
Ubirajara Tannuri Felix

DIRETORES ADJUNTOS

Antonio Augusto Kalvan
Antonio Fioravanti
Balmes Vega Garcia
Carlos Eduardo de Lacerda E Silva
Cesar Augusto Sabino Mariano
Dalton Edson Messa
Emerson Sampieri Burneiko
Emiliano Stanislaw Affonso Neto
Feres Mohamad Amin
Francisco de Assis Souza Dantas
Frederico Jun Okabayashi
Geraldo Hernandes Domingues
Henrique Di Santoro Junior
Jorge Joel Faria de Souza
José Antonio Marques de Almeida
Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Luiz Antonio Pellegrini Bandini
Marcondes de Oliveira Buarque
Milson César Pagliarini
Nelson Correa Granja
Nelson Luiz Stabile
Nestor Soares Tupinambá
Renato Becker
Ricardo Gomes Goulart
Victor Manuel de Almeida Seabra de Vasconcelos

PRESIDENTES DAS DELEGACIAS SINDICAIS

Alta Mogiana – Nelson Martins da Costa
Alto Tietê – Mário Edison Picchi Gallego
Araçatuba – José Maria Morandini Paoliello
Araraquara – Mario Luiz Donato
Baixada Santista – Álvaro Luiz Dias de Oliveira

Barretos – Luiz Antônio Moreira Salata
Bauru – Luiz Roberto Pagani
Botucatu – Nivaldo José Cruz
Campinas – Antonio Areias Ferreira
Franca – Marcos Aurélio Garcia
Grande ABC – Silvio Teixeira Cardoso
Guaratinguetá – Gerson Prado Galhano
Jacareí – Roberto Benedito Requena Juvele
Jundiaí – José Augusto de Moraes
Lins – Juliano Munhoz Beltani
Marília – Carlos Shiniti Saito
Pindamonhangaba – André Sierra Filho
Piracicaba – Walter Antonio Beccaro
Presidente Prudente – Manuel Carlos de Moraes Guerra

Rio Claro – Francesco Rotolo
São Carlos – Miguel Guzzardi Filho
São José do Rio Preto – Amaury Hernandes
São José dos Campos – Odair Bucci
Sorocaba – Fátima Aparecida Blockwitz
Taubaté – Breno Botelho Ferraz
Amaral Gurgel



Apoio

Gerência de Comunicação

Rita Casaro
Pedro Henrique de Souza
Eliel Almeida
Soraya Misleh
Deborah Moreira
Jéssica Silva
Lourdes Silva
Fábio Souza

Assessoria da Presidência

Paula Bortolini

Rua Genebra, 25, Bela Vista - São Paulo/SP - CEP: 01316-901

Telefone: (11) 3113-2600 - Fax: (11) 3242-2368

E-mail: seesp@seesp.org.br - Site: www.seesp.org.br

Delegacias sindicais:

Confira a relação completa em www.seesp.org.br/site/delegacias-sindicais.html

IMAGENS

Acervo São Paulo in foco - págs. 11, 15 e 21 (Crédito Agência JB)

Beatriz Arruda - págs. 77 e 79

Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - pág. 13

Acervo SEESP - págs. 4, 17, 19, 23, 35, 39, 40, 46, 54, 57, 63, 64, 68, 70, 75, 80, 84, 88 e 89

Acervo pessoal dos depoentes - pág. 92, 94, 96, 97, 99, 102, 105, 107, 110, 112, 114, 118 e 119



MATRIZ SÃO PAULO
R. Barão do Triunfo, 88
12º andar – Campo Belo
São Paulo – SP
CEP 04602-000
Tel/Phone (+55 11) 5054-7757

Edição
BB Editora
Diretores de Criação
Marcelo Souza
Rafael Sanches
Diretora Comercial
Renata Hernandez

Coordenadores de Conteúdo
Abrahão de Oliveira
Andréa Mota

Gerentes Comerciais - SP
Elaine Isiana
Sara Aquino

Gerente Financeiro
Antonio Alonso

Assistente Administrativa
Gislene Silva

www.bbeditora.com.br
facebook.com/bbeditora

SE
ESP

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO